



Uma política em construção

GUIA DA JUVENTUDE DE CAMPINAS

ORGANIZADORES

GTI - Grupo de Trabalho
Interinstitucional da Juventude

1ª versão: Março de 2016, Campinas/SP

FUNDAÇÃO FEAC

Organizadores

Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI
Programa Juventude: Uma política em construção

Autores

Esta obra resulta de uma construção coletiva do GTI – Grupo de Trabalho Interinstitucional do Programa Juventude: Uma política em construção, organizado por diversos autores participantes do grupo, profissionais e militantes de diversas organizações governamentais e não governamentais e de movimentos sociais de Campinas.

Amanda Franco da Silva
Angela Maria Bassora
Biviane Moro de Oliveira
Carlos Eduardo Lugli
Élide Augusto
Henriette Siqueira Leite de Barros
Jaciera Cristina da Silva
Joyce Marquezin Setubal
Joyce Parrilha Atamanczuk
Júlia Barradas Petroni de Senzi
Luiz Henrique Pereira Mendes
Marcela Cristo Camargos dos Santos
Paulo Rogério da Silva
Priscilla Rejane de Oliveira Scopacasa
Rafael Augusto Costa
Tâmara Harumi Yamagute
Vanessa Cristina Dias de Souza
Wisllayne Ivellyze de Oliveira Dri

Revisão

Sarita Carvalho

Projeto gráfico e diagramação

Jorge Luís Abrão dos Santos – Departamento de Comunicação e Relações Institucionais - Fundação FEAC

Consultoria

Rodrigo Costa Arantes – Consultoria AJogada

Colaboração

Paulo Daniel e Silva – Consultor

Juarez Cardoso Dayrell – Professor Doutor da Universidade Federal de Minas Gerais

Lucilene Felipe Gomes – Assessora Técnica – Fundação FEAC

Silnia Nunes Martins Prado – Assessora Técnica - Fundação FEAC

Fundação FEAC – Departamento de Gestão Social

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI

Guia da Juventude de Campinas / Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI do Programa Juventude: uma política em construção. 1ª ed. Campinas: Fundação FEAC, 2016.

ISBN: 978-85-69685-02-9

1. Juventude 2. Políticas Públicas 3. Educação 4. Participação juvenil – Campinas (SP)

CDD 305.235



GUIA DA JUVENTUDE DE CAMPINAS

FUNDAÇÃO FEAC

SUMÁRIO

Prefácio.....	04
Juarez Cardoso Dayrell	
Apresentação.....	07
Élide Augusto, Jaciara Cristina da Silva e Wisllayne I. de Oliveira Dri	
Carta de Princípios.....	11
GTI – Grupo de Trabalho Interinstitucional	
Capítulo 1 – Assistência Social	14
Joyce Parrilha Atamanczuk, Luiz Henrique Mende e Rafael Augusto Costa	
Capítulo 2 – Saúde.....	19
Júlia Barradas Petroni de Senzi, Marcela Cristo Camargos dos Santos e Amanda Franco da Silva	
Capítulo 3 – Educação.....	27
Wisllayne I. de Oliveira Dri, Paulo Rogério da Silva, Henriette Siqueira Leite de Barros e Ângela Maria Bassora	
Capítulo 4 – Trabalho, emprego e geração de renda.....	41
Tâmara Harumi Yamagute, Priscila Rejane de Oliveira Scopacasa e Biviane Moro de Oliveira	
Capítulo 5 – Esporte e Lazer	48
Joyce Marquezim Setubal e Carlos Eduardo Lugli	
Capítulo 6 – Formação Pedagógica e Política de Educadores e Articuladores.....	62
A experiência do Projeto Piloto e Rede da Juventude Vanessa Cristina Dias de Souza	
Conclusão e recomendações a Campinas.....	81
Élide Augusto, Jaciara Cristina da Silva e Wisllayne I. de Oliveira Dri	
Sobre os parceiros e autores.....	84


Prefácio

O jovem, no Brasil, é levado a sério?

*Vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério (...)
Sempre quis falar, nunca tive chance
Tudo que eu queria estava fora do meu alcance (...)
(Charlie Brown Jr. – “Não é sério”)*

Este trecho da música do grupo *Charlie Brown Jr.*, lançada no século passado, traduzia e denunciava o paradoxo vivenciado pelos jovens no Brasil naquele período. Nunca as características e valores ligados à juventude, como a energia e a estética corporal ou mesmo a busca do novo, eram tão louvados, num processo que poderíamos chamar de “juvenilização” da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, a juventude brasileira ainda não era encarada como sujeito de direitos, não sendo foco de políticas públicas que garantissem o acesso a bens materiais e culturais, além de espaços e tempos nos quais pudessem vivenciar plenamente esta fase tão importante da vida. Além disso, como diz a música, o jovem não era levado a sério, exprimindo uma tendência, muito comum nas escolas e programas educativos, de não considerar o jovem como interlocutor válido, capaz de emitir opiniões e interferir nas propostas que lhes dizem respeito, desestimulando a sua participação e o seu protagonismo. A música também denunciava um outro fenômeno comum: a criação de imagens e preconceitos sobre a juventude, quase sempre abordados sob perspectiva negativa. Desde a ênfase na representação do jovem relacionado à violência até o estereótipo das gerações atuais como desinteressadas pelo contexto social, individualistas e alienadas, numa tendência a compará-los às gerações anteriores, mitificadas como gerações mais comprometidas e generosas.

Será que esta realidade mudou? Será que os jovens são levados a sério no Brasil atual? Podemos constatar que, em termos de políticas públicas, houve certo avanço. O mais visível deles se trata da institucionalização das políticas de juventude. No início dos anos 2000, praticamente não havia no Brasil nenhuma instância pública que tratasse especificamente das políticas de juventude. Atualmente podemos constatar a existência de um sistema formado pela Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude que induziu a criação de secretarias e conselhos estaduais de juventude e coordenadorias (ou secretarias) e conselhos municipais de juventude. Funcionando de forma mais ou menos ativa, mais ou menos representativos, já existem espaços institucionais consolidados que são (ou deveriam ser) responsáveis pelas políticas de juventude. Aliado a este processo, veio sendo criado todo um aparato legal com o objetivo de atender às demandas e

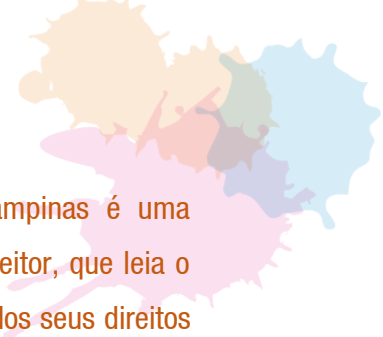


necessidades dos jovens brasileiros. O exemplo mais evidente é o Estatuto da Juventude, promulgado em agosto de 2013, no bojo das manifestações juvenis naquele período.

Mas, se houve um avanço no reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos no plano institucional, pouco se avançou na implementação de uma política pública de juventude no país. Podemos constatar uma enorme distância entre o que preconiza as leis e o que foi e é de fato implementado. E mais, pouco se avançou na postura da sociedade e suas instituições em levar o jovem a sério, em considerá-lo interlocutor válido. Um bom exemplo são as jornadas de junho de 2013, quando os jovens ocuparam as ruas brasileiras com uma série de demandas e reivindicações, poucas delas atendidas até hoje. Podemos afirmar que, apesar de ser reconhecido legalmente como sujeito de direitos, o jovem brasileiro ainda não tem acesso às políticas públicas necessárias para que vivencie plenamente esta fase tão importante da vida.

E aqui podemos mencionar uma das contribuições deste Guia da Juventude de Campinas. Ele nos apresenta uma reflexão sobre algumas das demandas dos jovens e um panorama do aparato legal que normatiza as políticas públicas em cada um dos setores escolhidos. Desenvolve uma reflexão em torno das temáticas da assistência social, saúde, educação, trabalho, esporte e lazer evidenciando a realidade de cada uma das áreas para os jovens de Campinas, o marco legal existente com o seu campo conceitual, finalizando com recomendações de políticas que deveriam ser implementadas no ponto de vista da juventude de Campinas. O Guia deixa muito claro um aspecto fundamental das políticas de juventude, que é a sua dimensão de transversalidade, o que implica necessariamente a intersetorialidade na implementação das ações públicas. A isto se liga um outro princípio básico que é a indivisibilidade de direitos. Significa dizer da necessidade das políticas públicas levarem em conta o jovem como sujeito de direitos, direitos estes que não se resumem às partes, como saúde, educação ou trabalho, mas a um conjunto de ações que garantam a formação plena de cada jovem, superando assim a fragmentação das ações. Neste sentido, o Guia evidencia o esforço realizado pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional em traçar um diagnóstico das políticas públicas de juventude existentes na cidade e apontar prioridades que deveriam ser implementadas.

Desta forma, o Guia da Juventude se constitui um importante instrumento de formação e de mobilização dos jovens. Tanto ontem como hoje, torna-se necessário que os jovens tenham clareza dos seus direitos como jovens que são, mobilizando e dando visibilidade às suas necessidades e demandas, sensibilizando a sociedade sobre a importância da construção de suportes materiais e simbólicos que possibilitem a sua formação plena como jovens e cidadãos.



Neste sentido, a iniciativa da elaboração do Guia da Juventude de Campinas é uma contribuição significativa para a garantia dos direitos dos jovens. Esperamos, caro leitor, que leia o Guia, discuta com seus amigos e, principalmente, se mobilize na defesa e garantia dos seus direitos como jovem, fazendo com que, na sua cidade e no Brasil, o jovem passe a ser levado a sério!

Juarez Dayrell

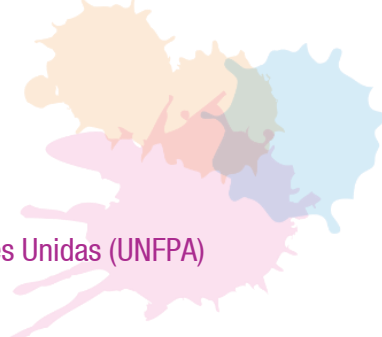
Fevereiro de 2016.



Apresentação

por Élide Augusto,
Jacira Cristina da Silva,
Wisllayne Ivellyze de Oliveira Dri





Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) a ONU tem publicado resoluções que permeiam a temática juventude desde 1965.

Entretanto, a Assembleia Geral da ONU definiu o termo “juventude”, pela primeira vez, em 1985 para as comemorações do Ano Internacional da Juventude¹, juntamente com a aprovação do Programa Mundial de Ação² para a juventude, que deveria ser estabelecido até o ano 2000. Assim, a fim de criar critérios universais no corte etário para a juventude, foi estabelecida a faixa entre 15 e 24 anos, mas sem impactar nas definições internas dos países membros. Além disso, a ONU indicou que o conceito de juventude pode ser diverso nas diferentes sociedades, observando-se questões políticas, econômicas e socioculturais. Segundo essa definição, a maioria dos jovens do sexo feminino e masculino moram em países em desenvolvimento. Espera-se que, em 2020, a porcentagem de jovens nesses países tenha aumentado para 89%; desses jovens, uma grande parcela vive em zonas rurais na África no Sul, Saara, sudoeste asiático e Oceania³ (UNRIC).

Para a Organização Internacional de Juventude (OIJ), o recorte etário é até 29 anos, definido por uma abordagem mais global, a partir de uma incidência intersetorial e transversal que entende os jovens como pessoas estratégicas para o desenvolvimento e, conseqüentemente, como uma janela demográfica com implicações claras que são projetadas na economia, na cultura, no desenvolvimento social e na política⁴. A OIJ é uma organização internacional que reúne representantes nacionais de juventude dos países da Comunidade Ibero-Americana e que tem como objetivo principal a inclusão e integração dos jovens por meio de políticas públicas de juventude. O Brasil também faz parte da OIJ.

No Brasil, o Estatuto da Juventude - Lei nº 12.852, de 2013, levou aproximadamente dez anos para ser aprovado. Antes, os programas para juventude eram pontuais, sem aparato legal, sendo os problemas relacionados à violência a principal demanda a ser enfrentada. Para criação do Estatuto da Juventude era preciso que a Constituição Federal previsse os jovens enquanto sujeitos de direito e cidadãos.

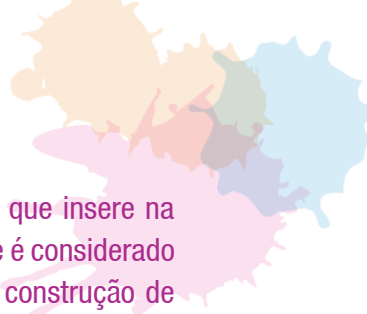
(...) salvaguardadas pelas interpretações legais que passaram a ser formais, a repercussão prática é que o status constitucional atribuído à questão confere maior estabilidade à norma, que só pode ser alterada por meio de um processo legislativo próprio, que requer quórum e tramitação específica (UNFPA, 2010, p. 63).

¹ Data para chamar atenção da sociedade sobre as necessidades específicas do jovem e para promover a participação deles na construção de programas e ações que levem em consideração suas aspirações.

² Programa Mundial de Ação oferece diretrizes e ações para a inclusão dos jovens em programas nacionais e internacionais em diversos campos de atuação (saúde, educação, trabalho, entre outros) de forma a promover o bem-estar e melhores condições de vida aos jovens. (RESOLUÇÃO 50/81 - Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/10-A_res_50_81_port.pdf>)

³ Fonte: Indicadores-chave da OIT para o Mercado de Trabalho (KLIM). A taxa de desemprego dos jovens (no grupo etário 15-24) é o desemprego juvenil como porcentagem da mão-de-obra juvenil.

⁴ Disponível em: <http://www.oij.org/pt_PT/oij/o-que-e>



Para tanto, em julho de 2010 foi aprovado o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que insere na Constituição Federal o termo *jovem* no artigo 227. Sendo assim, o Estatuto da Juventude é considerado um marco regulatório que afirma os jovens enquanto sujeitos de direitos e propõe a construção de políticas públicas para juventudes de forma articulada com os diversos setores (educação, saúde, trabalho, assistência, esporte, cultura, lazer etc.), políticas estas que devem promover o desenvolvimento psíquico e social dos jovens. O estatuto, apesar de englobar diversos direitos civis, não amplia a discussão de temas “polêmicos” que envolvem a juventude, como, por exemplo, trabalho e jovens em vulnerabilidade social, conferindo uma intervenção pouco efetiva do Estado nesses assuntos (SEVERO, 2014).

Concomitantemente ao projeto de lei para a criação do Estatuto da Juventude, foi instituída a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, pela Lei nº 11.129, de 2005, fortalecendo a aprovação do Estatuto de Juventude. Nesse ínterim, observa-se o surgimento de uma agenda política mais voltada para a juventude brasileira, amparada por políticas públicas organizadas e com diretrizes mais claras. Todavia, é fundamental um movimento da população em prol dessas políticas, pois mesmo com a aprovação de leis e programas ainda existe um hiato muito grande entre o que está escrito e o que acontece nos diferentes entes federados. Por isso, o programa **Juventude: uma Política em Construção** tem como principal objetivo mobilizar e incidir em políticas públicas para promover os direitos já estabelecidos constitucionalmente à juventude.


Nesse sentido, as políticas públicas são ações articuladas entre os níveis de Estado (federal, estadual e municipal) e a sociedade civil. Por isso, é importante a previsão orçamentária, pois, sem ela, torna-se impossível a execução de políticas e projetos. No que tange às políticas para juventude no Brasil, observa-se pouca interlocução entre os entes federados e as secretarias (educação, saúde, trabalho, assistência, esporte, cultura, lazer etc.), permitindo que muitas ações ocorram de forma desarticulada, isolada e com enfoque somente para as juventudes em situação de vulnerabilidade social.

Muitas políticas para os jovens são de caráter afirmativo, compensatório e focalizadas e não universais, de transformação e de inclusão. A partir disso, observam-se programas que são políticas de Governo e não de Estado, o que prejudica a manutenção e a continuidade da maioria dos projetos. Exemplo disto é que poucos municípios e estados possuem um órgão gestor com recursos próprios, o que inviabiliza a efetivação de programas voltados para as juventudes.

No município de Campinas, foi aprovada recentemente a Lei Complementar nº 115, de 29 de agosto de 2015, na qual dispõe sobre a política municipal da juventude, Coordenadoria Setorial de Políticas para Juventude e sobre o Conselho Municipal da Juventude de Campinas (CMJ), a primeira gestão deste conselho foi eleita em 6 de dezembro de 2015. Apesar de serem regulamentações recentes, existem movimentos sociais de juventudes que estão pressionando os gestores públicos há vários anos, entre eles o programa **Juventude: Uma política em construção**.

Campinas está situada no Estado de São Paulo, distante 96 km da Capital, São Paulo, e a 921 km de Brasília, a Capital Federal. A cidade conta com uma população de 1.080.113 habitantes⁵, em uma área de 795,697km². Está subdividida em 14 administrações regionais e seis regiões: Central, Norte, Leste, Sul, Noroeste e Sudoeste, todas com vários bairros. O município faz parte de uma grande área

⁵Conforme o censo do IBGE, 2010.



metropolitana, a Região Metropolitana de Campinas (RMC), institucionalizada em 2000, que compreende atualmente 20 municípios, com um histórico de industrialização precoce e desordenada que levou a um ritmo de crescimento populacional desorganizado e que hoje, conseqüentemente, cobra seu preço social.

Em 2014, a população jovem de Campinas, de 15 a 29 anos, representou menos de ¼ da população total, isto é, aproximadamente 24%. Além disso, segundo os dados estudados, há uma queda na população branca e aumento da população negra e parda com níveis mínimos de queda da população feminina em relação à população masculina⁶.

Nesse contexto, o GTI da Juventude apresenta uma das frentes de trabalho deste coletivo, o **Guia da Juventude de Campinas**, organizado por diversos autores participantes do GTI, profissionais e militantes de diversas organizações governamentais e não governamentais e de movimentos sociais de Campinas. Este Guia surgiu pela necessidade de oferecer referências para análise das políticas de juventude em Campinas, bem como para fornecer dados e recomendações para as políticas públicas de juventude na cidade. Portanto, disponibiliza-se esse Guia para Governos, Organizações Privadas, Organizações Não Governamentais, Sociedade Civil e, principalmente, aos jovens.

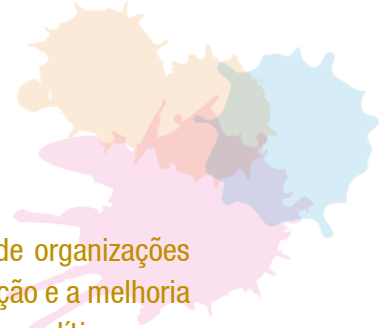
O GTI apresenta este Guia, com muita satisfação, a toda a população de Campinas, todos os jovens, gestores públicos e demais interessados em transformar e fazer da nossa cidade um mundo melhor. Segue, portanto, nossa Carta de Princípios.

⁶ Para aprofundamento sobre os dados, ver anexo 1.

Carta de Princípios

por GTI - Grupo de Trabalho interinstitucional





1. Quem somos

Somos um Grupo de Trabalho Interinstitucional e intersetorial com representantes de organizações governamentais e não governamentais, que discutem, refletem e fomentam a construção e a melhoria da qualidade das políticas públicas para juventude, sob a perspectiva de incidir em políticas para promover os direitos já estabelecidos constitucionalmente à juventude.

2. Histórico do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI

O GTI originou-se da necessidade de aprofundar os estudos e reflexões sobre as políticas de juventude no município de Campinas a partir da realização de workshops promovidos pela Fundação FEAC, em 2013. A primeira etapa constituiu-se de uma pesquisa de opinião desenvolvida por 27 jovens usuários das políticas de juventude do município, com a metodologia do “Perguntação”, junto a 306 jovens das diversas regiões de Campinas. Em 2014, o “Perguntação” subsidiou as seguintes ações: realização de uma **pesquisa** para confrontar e confirmar as informações do “Perguntação”; desenvolvimento de um **projeto piloto** para a o estudo e qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e a rearticulação da **Rede de Juventudes** – coletivo de jovens. Continuamos essas ações em 2015, com a ampliação do GTI com maior participação com execução de cinco projetos pilotos (cultura, educação, medida socioeducativa e trabalho – Jovem Aprendiz) e uma intensa atuação da Rede de Juventudes, com o aporte do levantamento de dados sobre o jovem em Campinas.

3. O que entendemos por políticas para juventude?

A política nacional de juventude é intersetorial e de direito, deve ser norteada pelos princípios propostos no Estatuto da Juventude, Lei 12.852, de 2013, que considera jovem a faixa etária de 15 a 29 anos, na qual destaca-se:

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;

II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;

III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do país;

IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;

V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;

VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;

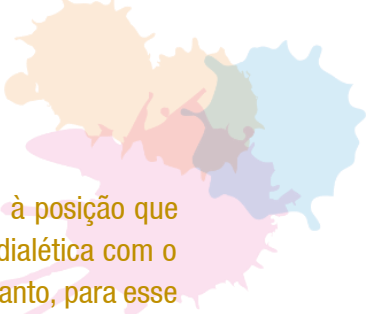
VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e

VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

As políticas públicas para juventudes não trazem apenas conceitos e diretrizes de ações, mas podem (re)desenhar a concepção de jovem na sociedade enquanto sujeito autônomo e ativo na formulação, avaliação e implementação das políticas destinadas a esta faixa etária (SPOSITO, 2003).

4. Quem é o jovem?

O jovem é um sujeito ativo, sócio-histórico, que vive em constante movimento e transformação. Constitui-se por meio das relações sociais, dos aspectos subjetivos e objetivos culturais, econômicos e políticos.



Sujeito é um ser social, que interpreta e dá sentido ao mundo, às relações sociais e à posição que ocupa, a partir de sua historicidade e singularidade. Logo, o sujeito vive uma relação dialética com o mundo, pois ao mesmo tempo que o transforma é transformado por ele (DAYRELL). Portanto, para esse coletivo, o jovem é um sujeito de direitos e um ser político, com especificidades e peculiaridades dessa época da vida, que devem ser consideradas e garantidas.

Juventude é uma fase da vida, não limitada apenas pela idade, mas oriunda de construção social, cultural, emocional, política e econômica. Apesar de ser definida socialmente e haver para ela uma lei nacional, não significa que seja valorizada e reconhecida na prática. Dito isto, é importante pontuar que a terminologia utilizada por esse coletivo é **juventudes**, pois reflete a diversidade que é ser jovem. Não existe, a priori, apenas uma juventude, mas diversas e de diferentes contextos.

5. O que nos move?

Acreditamos nas juventudes e estamos seguros que elas darão continuidade aos processos que transformam a realidade na qual vivemos, pois sabemos que os jovens são sujeitos dessa transformação, entendendo que é apenas por meio de uma ação prática e crítica que outro mundo é possível. Sendo assim, a mobilização social é nosso meio de atuação, como forma de construir e planejar, na prática, espaços e ações de mobilização, participação, cidadania e busca da democracia. Essa mobilização ocorre porque esse grupo de pessoas, coletivos, organizações e sociedade vêm trabalhando com objetivos comuns, convocando vontades sob os sentidos compartilhados de provocar mudanças na realidade das juventudes de Campinas. Essa participação é livre, pois nesse coletivo todos são responsáveis e capazes de provocar e construir mudanças em esferas micro ou macro. **Toda mobilização é para alcançar algum objetivo definido pelo coletivo. O objetivo do programa *Juventude: uma política em construção* é incidir em políticas públicas para juventudes no município de Campinas (TORO; WERNECK, 2007).**

capítulo 1

Assistência Social

por Joyce Parrilha Atamanczuk,
Luiz Henrique Mendes e
Rafael Augusto Costa





Introdução

A partir do pressuposto da promoção da juventude ao acesso às políticas públicas, é imprescindível que os serviços que compõem o *Sistema Único de Assistência Social - SUAS*, sejam executados de forma a valorizar a intergeracionalidade, abrangendo todas as faixas etárias e suas especificidades. Neste contexto, este documento aponta a importância de que o público jovem tenha garantidos os seus direitos, atendidos pela execução de Políticas Públicas de Assistência Social, conforme pautadas pelo *SUAS*, respeitando a autonomia, valores e características culturais inerentes a cada indivíduo.

Objetivo Geral

Garantir na *Política Municipal de Assistência Social* ações específicas para a juventude, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude.

Objetivos específicos

- Garantir junto à gestão pública o atendimento dos adolescentes e jovens nos territórios com oferta de serviços socioeducativos, em conjunto com o esporte, cultura e educação.
- Provocar nos SCFV a realização de um estudo sobre as ações a serem ofertadas à juventude, não somente na área social.
- Desenvolver um trabalho articulado entre poder público e organizações privadas, fortalecendo as ações territoriais e municipais, efetivando as ações para com a juventude.

Leis e Convenções

Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

Política Nacional da Assistência Social (PNAS)

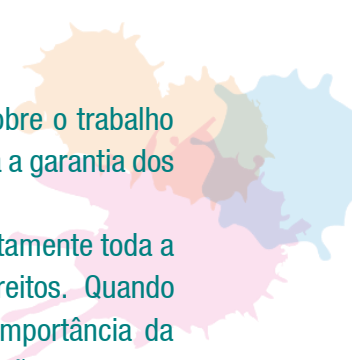
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Estatuto da Juventude

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução 109, de 11/11/2009).

Conceitos

Conforme aponta a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu artigo 203, “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. Desta forma, a Assistência Social é uma política pública, um direito de todo o cidadão que dela necessitar (Ministério do Desenvolvimento Social).



Nesta perspectiva, quando temos como proposta a elaboração de um guia sobre o trabalho voltado à juventude, faz-se necessário buscar os estudos, legislações e normativas para a garantia dos direitos e o desenvolvimento integral do adolescente e do jovem.

A reflexão a ser feita deve levar em consideração as situações que afetam diretamente toda a juventude, especialmente aquelas que estão às margens na garantia de seus direitos. Quando buscamos os dados sobre as violências enfrentadas pelos jovens, identificamos a importância da execução de ações que promovam o protagonismo juvenil, a autonomia e a leitura de visão de mundo, frente a todas as vulnerabilidades e desigualdades que afetam essa faixa etária.

O jovem hoje está muito ligado à questão da desigualdade, de todas as desigualdades que a gente possa imaginar. O jovem, quando você pega alguns índices de violência, desemprego, que são condicionantes de uma vida não marcada pela dignidade, o jovem é sempre o principal alvo dentro do Brasil. Então, para mim, eu vejo o jovem como cidadão que ainda não tem sua cidadania completa, ainda está numa cidadania de segunda categoria, se assim pode-se dizer (*Caderno Quebrando Mitos*, p. 236).

Ao pensarmos nas ações voltadas ao adolescente e jovem, é fundamental levar em consideração que

As peculiaridades desse momento de vida têm sido quase sempre ignoradas pela sociedade e suas instituições – particularmente quando se trata de adolescentes dos estratos populacionais de menor renda – reproduzindo a ideia de que é preciso acelerar a preparação dos adolescentes para a vida adulta e pouco se perguntando sobre o que eles necessitam agora, em termos de vivências e valores a serem privilegiados em sua formação. Por desconsiderarem essas peculiaridades e potencialidades (ou mesmo reduzi-las aos aspectos negativos), acabam perdendo a capacidade de diálogo com eles (CENPEC, 2007, p. 24).

Neste contexto, quando se buscam ações da Assistência Social, encontramos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a proposta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dentro da Proteção Básica. No recorte da Assistência Social, a especificidade do trabalho está tipificada para a faixa etária de 15 a 17 anos e tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de contribuir para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho.

As atividades devem abordar questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital, de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e

as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

Com base nestas reflexões, nos cabe compreender o trabalho da Assistência Social a ser realizado em conjunto com demais políticas de forma a efetivar os objetivos e ações voltadas à juventude.

Recomendações

Frente ao conjunto de Leis e Normativas da Assistência Social, apontamos neste documento as seguintes recomendações de trabalho para juventudes no município de Campinas.

Proteção Social Básica

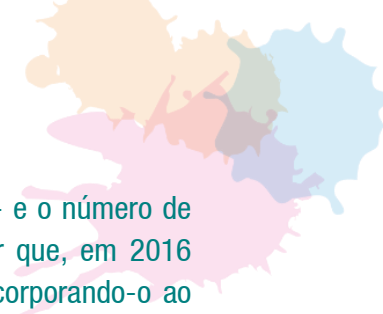
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o PAIF *“consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida”*. Neste sentido deve-se garantir capacitação dos profissionais que executam este serviço de modo a compreender a família no âmbito da juventude, visto que grande parte das famílias em vulnerabilidade são formadas por indivíduos jovens, cujas peculiaridades devem ser compreendidas e respeitadas.

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

O *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*, enquanto mecanismo de atuação da Proteção Social Básica, deve proporcionar espaços nos quais as diretrizes pautadas pelo *Estatuto da Juventude* e o *Sistema Nacional da Juventude - SINAJUVE* sejam desenvolvidos de forma coerente e direcionados ao público jovem. Com base nos documentos acima relacionados, encontram-se as diretrizes propostas na perspectiva da garantia dos direitos da juventude no país.

- a. **Garantia de Atendimento e Referenciamento Intersetorial** - Este Serviço possui objetivos muito bem delineados, destinados ao público jovem. Porém, a precarização de equipamentos públicos de diversos setores interfere negativamente na realização de encaminhamentos e articulações voltadas à juventude. Desta forma, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos encontra grande dificuldade na efetivação dos objetivos propostos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. É imprescindível a efetivação de recursos que favoreçam o ingresso e a permanência dos jovens nos programas, bem como a garantia de atendimento, referenciamento e inclusão nos diversos setores.
- b. **Ampliação de Metas e Unidades de Atendimento** - De acordo com dados do diagnóstico situacional do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 2012, ao todo, foram ofertadas 3.179 vagas para o público jovem de 15 a 24 anos; contudo há uma grande disparidade entre o número de jovens cujo perfil se enquadra



no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 15 a 24 - e o número de vagas ofertadas no município. Além disso, é importante considerar que, em 2016 (Edital 01/2015, Diário Oficial), o município alterou este serviço incorporando-o ao Serviço Intergeracional, excluindo um serviço que atendia especificamente a juventude nessa faixa etária.

- c. É necessária uma **reavaliação das demandas e perfis do público jovem** a fim de levantar o número de vagas e proporcionar um aumento efetivo no atendimento deste serviço à juventude com qualidade.
- d. **Garantia de Transporte Acessível ao Público Jovem** - Além da participação dos jovens no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, identificamos como fundamental a oportunidade de acessar outros recursos do município. Contudo, muitos jovens encontram-se impossibilitados de realizar uma participação efetiva devido ao fato de que a gestão pública municipal não dispõe de recursos voltados ao transporte dos jovens para acessar os serviços. Neste aspecto, o transporte público necessita de uma reavaliação que permita o acesso deste público aos diversos serviços ofertados pelo Sistema Único da Assistência Social - SUAS.
- e. **Oferta Benefícios de Transferência de Renda** - No tocante aos Benefícios de Transferência de Renda, o que temos mais especificamente sendo executado no município para o público jovem é o Programa Estadual Ação jovem, cujo objetivo é estimular a conclusão da educação básica e preparar o jovem para o mercado de trabalho. Contudo, é importante destacar a necessidade de um levantamento sobre o número de vagas neste programa e a quantidade de jovens que não foram inseridos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

CASTRO, Mary Garcia. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas: Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas da Juventude** / Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay. Brasília: RITLA, 2009.

CENPEC. **Parâmetros das Ações Socioeducativas – O trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes – 6 a 18 anos**. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo, 2007.

capítulo 2

Saúde

por Júlia Barradas Petroni de Senzi,
Marcela Cristo Camargos dos Santos e
Amanda Franco da Silva



Introdução

Ao refletir sobre políticas para a Juventude, a iniciativa “Juventude: uma Política em Construção”, da qual fazem parte profissionais que atuam com jovens na cidade de Campinas, foi identificada a necessidade de uma abordagem ampliada e intersetorial com relação à política de saúde para o (a) jovem, com serviços que os (as) reconheçam como sujeitos de direitos, que os/as atendam a partir de uma visão integral e que acolha suas demandas, incentive sua participação, promovendo sua autonomia, emancipação e qualifique o atendimento em outros espaços, adequando-os à linguagem e especificidades do jovem. A partir de encontros mensais com análise de dados sobre a juventude, leitura de documentos e diretrizes, idealizou-se um Guia para ser disponibilizado à população com o objetivo de ampliar este espaço de reflexão e discussão sobre políticas de atenção integral à juventude, com o intuito de ser também um laboratório de propostas. No futuro, pretende-se que este Guia seja uma ferramenta de controle social de programas voltados à saúde dos (das) jovens em Campinas.

Objetivos gerais

Este Guia/ferramenta, desenvolvido por integrantes da iniciativa “Juventude: uma Política em Construção”, tem como objetivo discutir e levantar sugestões para fortalecimento, criação e controle de políticas públicas para a juventude no município de Campinas. No âmbito da saúde, as principais propostas são:


- Discutir a necessidade de o poder público municipal criar espaços descentralizados de referência para jovens que promovam o acesso à informação, participação e empoderamento, para que os (as) jovens tenham garantido atendimento especializado nas políticas e programas sobre aspectos relacionados à saúde e seu desenvolvimento integral, promovendo, protegendo e contribuindo para a recuperação da saúde desta população.
- Pautar as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, para que as instâncias governamentais implementem com efetividade esta política nas Unidades Públicas de Saúde do município.

Objetivos específicos

- Promover a ampliação da discussão sobre saúde sexual e reprodutiva dos jovens, para que políticas nesta área pautem a questão da gravidez não planejada, paternidade responsável, métodos contraceptivos e de prevenção, bem como serviços de tratamento de pessoas que vivem com HIV/Aids, entre outras DSTs.
- Pautar a necessidade de serviços de recuperação da saúde de jovens como os CAPS IAD - Centro de Atendimento Psicossocial especializado em atendimento de crianças e jovens (8 - 18 anos) em situação de uso/abuso de álcool e outras drogas.
- Realizar o monitoramento e o controle de políticas públicas em saúde para juventude, propondo melhorias e criação de novas políticas para esta população.



- Sugestões de ações para que a Política de Atenção em Saúde de Jovens seja efetivada no município de Campinas pelas instâncias governamentais e departamentos responsáveis:
 - Criação de Centros de Juventude descentralizados que contemplem serviços de referência e atenção integral à saúde de jovens. Que estes espaços ofereçam serviços de referência e atenção integral à saúde de jovens, encaminhando demandas para a rede, e ofereçam possibilidades de atuação externa por meio de campanhas de conscientização e formação continuada de profissionais que atuem com esta população (por exemplo, profissionais da área de assistência social, educação, saúde que trabalhem diretamente com jovens).
- Efetivação da política de atenção em saúde sexual e reprodutiva para que o atendimento nos serviços públicos de saúde seja feito com qualidade, respeitando as Diretrizes de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens.
- Implementação de uma equipe de profissionais especializados em saúde da população jovem que atue diretamente com esta população no município e também com a capacitação de outros profissionais da rede de atenção.
- Criação de espaços formativos e de capacitação de temas relativos à saúde e bem-estar da população jovem, tanto pelo GTI quanto como diretriz para as equipes de saúde do poder público.
- Elaboração e veiculação de campanhas relativas à prevenção e cuidados da saúde da população jovem com ampla divulgação na mídia, por parte dos centros de saúde e centros de referência.
- Garantia da distribuição de insumos/materiais para a prevenção de doenças em locais públicos, postos de distribuição de fácil acesso, como terminais de ônibus, hospitais, universidades, preservando a intimidade do jovem.
- Garantir espaços de acolhimento e atendimento do jovem em suas angústias e dúvidas, por meio de equipe multidisciplinar nos Centros de Saúde/Centros de Referência, preparados para atender e encaminhar, quando necessário, para os profissionais da rede.
- Desenvolvimento de seminários ou espaços de discussão sobre temáticas referentes à violência contra o jovem e uso/abuso de drogas (na perspectiva da saúde pública), como



metodologia de prevenção, bem como propositiva de novas intervenções acerca dos temas, a serem realizados pelo poder público com participação da sociedade civil.

Leis e convenções

- Artigos 196 a 200 da Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
- Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;
- Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013.

Conceitos


Utilizando o conceito de saúde, firmado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que traz um olhar integral e ampliado de bem-estar social, físico e mental, a busca pela qualificação no atendimento à saúde do jovem não se limita à busca da ausência da enfermidade.

Entendendo que a atenção à saúde do jovem deve ser cuidada de maneira individual e considerando as características de desenvolvimento físico, mental, emocional, social e sexual, não se pode ignorar o contexto social, as expectativas culturais impostas para o jovem. Sendo assim, o trabalho preventivo e de acolhimento do jovem torna-se essencial na busca de um ideal de atendimento em saúde, englobando diversas áreas de conhecimento e, principalmente, articulação entre redes e serviços, considerando as especificidades de cada jovem, seus desejos, seus conhecimentos, seu território de circulação e seu ideal de saúde.

Compreendendo o jovem e seu entorno, o que é esperado dele e o que ele deseja para si, atua-se de maneira assertiva na prevenção, identificam-se desequilíbrios, pensa-se um plano de atendimento mais qualificado para as necessidades específicas e permitem-se campanhas de prevenção a partir dos dados coletados em determinados microterritórios com resultados mais efetivos.

Juventude Campinas – Análise de dados

Atualmente, a população jovem no Brasil ultrapassa 51 milhões de pessoas; no município de Campinas, há aproximadamente 275 mil jovens. Esta população se encontra, em grande parte, em situação de alta vulnerabilidade, principalmente no que se refere aos dados de saúde dos (as) adolescentes e jovens em todo território brasileiro. Hoje, o País tem a segunda taxa mais alta do mundo em casos de

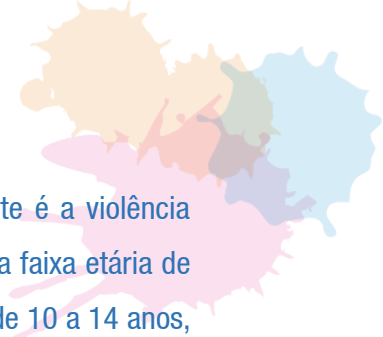


gravidez na adolescência e estima-se que quase 18% de todos os partos são de mães com menos de 20 anos de idade. Grande parte destas gestações não são planejadas, podendo comprometer o projeto de vida de adolescentes, bem como trazer grande risco à saúde e à vida em decorrência de abortos inseguros e precários realizados ilegalmente. Outro dado que chama atenção são os homicídios, a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos hoje no Brasil. Dados de um levantamento feito pelo Datasus mostram que, em 2012, mais de 30 mil jovens morreram no país em razão de homicídios, o que representa mais da metade dos homicídios registrados no período (53,38%). Deste grupo, 77,02% das vítimas são negras. O número de homicídios de jovens negros é três vezes maior que o de jovens brancos.

A taxa de consumo de álcool e drogas entre jovens é bastante elevada. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE, 2012), mais da metade dos adolescentes experimentam bebida alcoólica antes dos 16 anos. Esta pesquisa também constatou que 66,6% dos adolescentes entre 13 e 15 anos experimentaram bebida alcoólica alguma vez na vida.

Olhando para os dados DATASUS do município de Campinas, verifica-se que em um período de cinco anos (2009–2014) foi reduzido em 24,6% o recurso total para saúde da população jovem, tendo em vista que, no mesmo período, o total de procedimentos médicos realizados saltou de 3,73 per capita para 5,26. Esses dados nos indicam que há uma queda no investimento municipal para a saúde pública, mesmo que a demanda tenha sido aumentada. O reflexo dessa falta de investimento se dá na falta de cuidado da população jovem com sua saúde, redução da prevenção e aumento de procedimentos realizados. Olhando para a problemática das drogas, enquanto questão de saúde pública, a redução de recursos traz redução nas campanhas de conscientização, de redução de danos e de atendimentos de clínicas de rua – o município de Campinas, até 2008/2009, possuía equipes de educadores de rua que realizavam abordagens para acompanhar pessoas usuárias ou dependentes de substâncias psicoativas na perspectiva de redução de danos visando a abstinência. Essa política antidrogas foi alterada, ocorrendo a diminuição da equipe de redução de danos e aumento em políticas de internação e em comunidades terapêuticas como encaminhamento padrão – atendimento este que não se enquadra nas políticas de saúde, tão pouco nas de assistência social.


Quando olhamos para os dados de mortes do sexo masculino por violência, no município, podemos relacionar a redução de investimentos com este resultado: entre 2009 e 2013, a faixa etária de 10 a 19 anos sofreu um aumento de 260% no número de óbitos, enquanto na faixa de 20 a 29 anos observou-se uma redução de 13,9%. Sem políticas de incentivo e cuidado com a saúde, prevenção ao álcool e outras drogas, sendo o problema tratado apenas pela ótica da segurança pública, a agressividade tem se tornado constante na vida da população jovem, e cada vez mais cedo.



Com relação às mulheres jovens do município, a principal violência que as acomete é a violência sexual. Dos registros de violência sexual no município, no período de 2009 a 2014, a faixa etária de 15 a 19 anos registrou um aumento de 166,7% nas notificações, seguida pela faixa de 10 a 14 anos, com 29,2% de aumento, e estabilidade na faixa de 20 a 29 anos. Pode-se inferir que o aumento das notificações é devido à maior conscientização. Há, entretanto, um longo caminho a ser percorrido.

Recomendações

- ✓ Articulação dentro do Centro de Referência da Juventude, quando existente, e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), de um espaço voltado à saúde do jovem, que realize atendimentos pontuais para encaminhamento à rede, assim como desenvolvimento de grupos temáticos de cuidado e prevenção à saúde e formação/capacitação para espaços diversos sobre os temas inerentes à saúde do jovem (sexualidade, prevenção, cuidados com corpo, etc.).
- ✓ Garantir junto ao poder público uma equipe multidisciplinar para o atendimento, encaminhamento e desenvolvimento de ações – clínica geral, serviço social, psicologia, terapia ocupacional, enfermagem, dentre outros.
- ✓ Atuação intersetorial e de trabalho em rede para qualificação do atendimento ao jovem nas diversas políticas sociais – dando suporte às equipes técnicas e profissionais que atuam diretamente com jovens.
- ✓ Garantir junto ao poder público um espaço de acolhimento e encaminhamento de denúncias e dificuldades de atendimento que violem os direitos do jovem e/ou dificultem seu acesso à rede de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde.
- ✓ Desenvolvimento de campanhas de conscientização tanto para o público jovem com vistas a prevenção em saúde quanto à população em geral e aos profissionais que atuam com jovens, promovendo seu direito e autonomia (ex. acesso a programas de planejamento familiar), desenvolvidas pela Secretaria de Saúde do Município em parceria com equipes multidisciplinares de atendimento à população jovem.
- ✓ Incidência política para que haja, por parte do poder público, o desenvolvimento de campanhas para prevenção do uso/abuso de álcool e outras drogas, seguindo perspectiva de atendimento multidisciplinar para orientações e redução de danos, assim como encaminhamentos a outras políticas de acordo com o desejo do (a) jovem atendido (a).

- 
- ✓ Ampliação do recurso público para a saúde municipal e previsão orçamentária para atividades e atendimentos que foquem na população jovem, por meio das discussões no Orçamento Participativo e incidência política do GTI – Juventude: uma Política em Construção.
 - ✓ Garantia de diálogo entre a Secretaria de Saúde do município e o Conselho Municipal da Juventude, por intermédio de incidência política GTI da Juventude.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - Pense 2012**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64436.pdf>> Acesso em 03 de dezembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **SUS - Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Lei nº 8.142, de 28 de setembro de 1990**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1990. PORTAL EDUCAÇÃO. Disponível em <<http://www.portaleducacao.com.br/medicina/artigos/52413/quais-sao-as-leis-que-regem-o-sus#ixzz3xaccJNd>> Acesso em 03 de dezembro de 2015.

BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Estatuto da Juventude – Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Brasília, DF: Casa Civil, 2013. Disponível em <<https://juventudecampinas.files.wordpress.com/2015/03/estatuto-da-juventude.pdf>>. Acesso em 03 de dezembro de 2015.


BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de DST e Aids. Saúde e prevenção nas escolas – atitude para curtir a vida: diretrizes para a implementação do projeto**. Brasília, Ministério da Saúde, 2006c.

CENSIDA. Centro Nacional para la Prevención y el Control del VIH y el SIDA. **Declaración Ministerial. Prevenir con educación**. Primera reunión de ministros de salud y educación para detener VIH e ITS en Latinoamérica y el Caribe. 2008. Disponível em <www.censida.salud.gob.mx/descargas/pdfs/declaracion.pdf> Acesso em 10 setembro de 2015.

EINSENSTEIN, *Adolescência: definições, conceitos e critérios*, Revista Oficial do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da UERJ, 2005. Disponível em <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167> Acesso em 04 de dezembro de 2015.

Mapa da violência. Disponível em <<http://www.mapadaviolencia.org.br>> Acesso em 04 de dezembro de 2015.

Portal de Publicação da Organização Mundial da Saúde e Organização Panamericana de Saúde. Disponível em



<http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=296&Itemid=422> Acesso em 03 de dezembro de 2015.

SÁ JÚNIOR, **Desconstruindo a definição de saúde**, 2004. Disponível em <<http://www.dis.unifesp.br/pg/Def-Saude.pdf>> Acesso em 03 de dezembro de 2015.

UNFPA BRASIL. Documentos UNPFA. **Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento** (em português). Disponível em <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/biblioteca/documentos-de-referencia>> Acesso em: 20 de setembro de 2015.

capítulo 3

Educação

por Wisllayne L. de Oliveira Dri,
Paulo Rogério da Silva,
Henriette Siqueira Leite de Barros e
Ângela Maria Bassora



Introdução



No Brasil, o direito à educação está garantido na Constituição Federal (1988):

Artigo 6º São direitos sociais a EDUCAÇÃO, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

Artigo 205 A educação, DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO E DA FAMÍLIA, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Artigo 208 O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

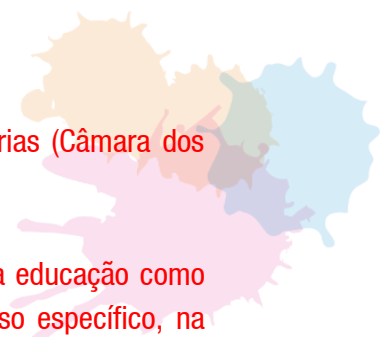
I – EDUCAÇÃO BÁSICA OBRIGATÓRIA E GRATUITA DOS 4 AOS 17 ANOS DE IDADE assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (EC 59, de 2009).

Os artigos citados refletem que a Constituição Federal de 1988 propõe garantir a educação como um direito social, um direito de todos e dever do Estado e da família, obrigatória na etapa da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade. Vale ressaltar que, em 2009, ocorreu uma emenda constitucional (EC 59) que mudou a obrigatoriedade da educação de 6 para 4 anos e esta emenda propõe no art. 6º que tal alteração e implementação deverá ocorrer progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005 de 2014).

A obrigatoriedade da educação como estratégia de universalização da Educação Básica pode parecer uma medida interessante para pressionar o poder público na implementação dessas políticas. Entretanto, tal medida fomenta desafios tão sérios quanto o não acesso à educação, pois cria um cenário educacional que dificulta o atendimento com qualidade, efeito que é um dos reflexos perversos dessa medida na educação brasileira.

Nesse sentido, o Brasil conta com uma importante regulamentação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394, de 1996, que estabelece e institui as diretrizes e bases da educação nacional, sendo esta a regulamentação maior para a educação. A lei contempla a educação básica, educação profissional, educação superior e educação especial.

Além disso, vale destacar o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, pois, apesar da LDB, o PNE aparece como um dispositivo com a função de orientar a execução das políticas públicas no setor educacional de forma mais estratégica e com metas específicas no prazo de dez anos. Também vale lembrar que o PNE passou por uma construção coletiva nos municípios e estados, mas muito deste trabalho democrático realizado nestas bases, por meio das Conferências Nacionais da



Educação (CONAE), foi alterado quando chegou às estâncias legislativas e decisórias (Câmara dos Deputados Federais e Senado).

Nesse contexto, considera-se de extrema relevância a abordagem do tema educação como um dos tópicos de debate no que tange às políticas para juventude e, nesse caso específico, na elaboração de um guia de referência para as políticas de juventude no município de Campinas, visto que a educação é um direito universal e perpassa o âmbito da intersectorialidade das políticas para juventude, destacando nesse recorte não apenas a educação básica, mas a Educação Técnico Profissionalizante e a Educação Superior.

Objetivo geral:

Apresentar para os jovens as políticas existentes nas escolas públicas de Campinas e promover uma reflexão geral abrangendo as perspectivas e possibilidades no âmbito educacional.

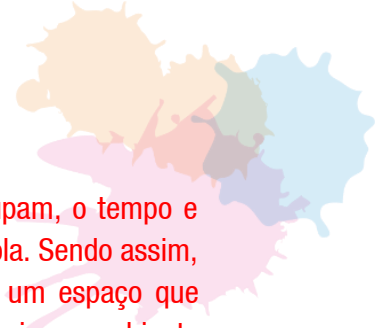
Objetivos específicos:

- Apresentar e analisar o panorama geral da educação em Campinas, os dados disponibilizados pelos órgãos públicos no recorte etário da política nacional de juventude (15 a 29 anos) que abrange o Ensino Médio, o Ensino Técnico-Profissionalizante e o Ensino Superior.
- Considerar a reflexão e pesquisa de opinião dos jovens de Campinas sobre educação no relatório produzido em 2013, intitulado “Perguntação”.
- Verificar a existência de Grêmios Estudantis nas escolas públicas do município de Campinas.
- Confirmada a ocorrência dos Grêmios Estudantis, compreender como estão organizados nas redes municipal e estadual.
- Elencar os referenciais para o desenvolvimento de ações adotados pelos grêmios nas escolas das redes municipal e estadual.

Marcos históricos, conceituais e referenciais para as políticas de juventude na educação

A educação deve proporcionar um espaço ideal para provocar e ativar o processo de consciência política e crítica. A escola é um lugar privilegiado para produção de ideias e comportamentos que pode ser usado como forma de emancipação dos sujeitos ou como forma de manutenção do “status quo”. Porém, a educação não ocorre somente na escola, existem outros espaços para o fazer pedagógico, como: o teatro, o partido político, o sindicato, a associação de bairro, a igreja, o movimento estudantil e outros. Por isso, a educação tem uma função social muito importante e se destaca em relação às políticas intersectoriais de juventude.

Nesse sentido, a relação da juventude com a educação e/ou a escola tem se alterado nos últimos anos em razão de uma mudança na sociedade e de novos modelos de relações que produzem uma nova condição juvenil. Essa relação entre juventude e escola tem sido alvo de grandes críticas, que cada vez mais buscam culpados (alunos, professores, famílias...) para o fracasso educacional.



Entretanto, algumas categorias colaboram com essa reflexão: lugar social que ocupam, o tempo e espaço, a diversidade e as experiências sociais que esses sujeitos levam para a escola. Sendo assim, a escola não é uma realidade monolítica e homogênea, mas apresenta-se como um espaço que relaciona diferentes dimensões e realidades. Neste espaço os jovens percebem e vivenciam o ambiente escolar de formas diferentes.

Em **nível nacional** vale destacar algumas políticas que estão orientando e promovendo a atuação da juventude no âmbito educacional. Vale lembrar que um dos primeiros destaques dados neste material é a importância dos movimentos estudantis na história da atuação política juvenil no Brasil, marcada aproximadamente desde 1710 com os primeiros movimentos juvenis. A partir disso os movimentos tiveram algumas aparições registradas na história, sendo das mais relevantes a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, e o posicionamento de resistência ao golpe ditatorial de 1964 e ao difícil período de regime totalitário no Brasil, que perdurou até 1985.

Nesse mesmo ano foi promulgada a Lei 7.398, de 1985, que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus (atual Ensino Fundamental e Médio), assegurando a organização de estudantes como entidades autônomas representativas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas, políticas e sociais.

Outro marco importante na história dos jovens que destacou os direitos educacionais, mais precisamente no recorte de 15 a 18 anos, é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Nesta regulamentação, vale destacar o Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer que, entre outros, destaca os direitos à educação buscando o desenvolvimento pleno desses sujeitos.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Entre outras considerações, o ECA reforça o papel do Estado, da família e da sociedade. O Estatuto da Juventude também corrobora, no Capítulo II, artigo 7º:

Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

Outro artigo importante que vale a pena destacar do Estatuto da Juventude:

Art. 5º A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.



Parágrafo único. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens.

No **âmbito estadual**, atualmente, São Paulo está vivendo o debate da proposta do Plano Estadual de Educação. Para além dos debates mais polêmicos, diante das propostas realizadas, vale destacar alguns pontos que mostram a participação do jovem em gestões mais democráticas. O espaço dos grêmios estudantis é uma possibilidade de exercício de participação política e democrática do aluno nas unidades escolares. Estas organizações, formadas e lideradas por estudantes, são um colegiado fundamental para uma escola cidadã. Neste contexto, o plano estadual de educação comenta:

Na realidade, se a educação é um instrumento de formação da cidadania, esta formação se dá também pela prática democrática, participativa e cidadã no interior das próprias instituições educativas. O papel social das instituições educacionais, a natureza do trabalho pedagógico que ali se desenvolve e sua significativa contribuição para o exercício da democracia fundamenta e exige a gestão democrática, que não se restrinja à eleição direta dos dirigentes e representantes, mas também pela implementação e livre funcionamento dos conselhos de escola e demais instâncias de participação de toda a comunidade na concepção e implementação do projeto político-pedagógico coletivamente construído (p. 28).

Estratégia:

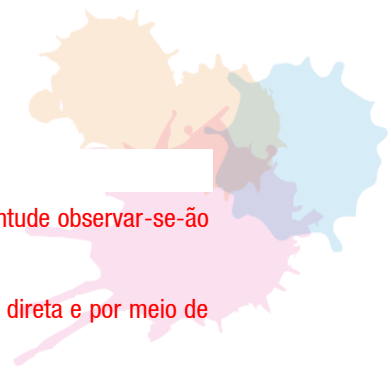
19.7. Estimular em todas as escolas do estado de São Paulo a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais e mestres, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações (p.71).

Nesse íterim, identificou-se que, em Campinas, na rede estadual de educação, conta-se com 68 escolas que atendem jovens a partir de 15 anos; no total são 50.141 alunos e 25 grêmios estudantis (na maioria compostos por alunos do Ensino Médio).

No que se refere à rede **municipal de educação**, a Secretaria Municipal de Educação (SME) que atualmente existem duas escolas na Região Sudoeste: "Escola Municipal de Educação Fundamental Padre Emilio Mioti" e "Escola Municipal de Educação Fundamental Maria Pavanati Favaro" que promovem grêmios escolares⁷. Destaca-se a importância em desenvolver essas ações nos anos finais do Ensino Fundamental, pois apesar desses alunos não estarem no recorte etário do Estatuto da Juventude, entende-se que os processos formativos e educativos se dão a longo prazo e essa participação tão importante fomentada por esse coletivo não pode iniciar apenas no primeiro ano do Ensino Médio, a fim de promover antecipadamente o exercício de democracia e participação. Ressalta-se que a Secretaria de Educação já está em processo de organização para a promoção destes grêmios juntamente com os responsáveis das unidades escolares que atendem o Ensino Fundamental.

Ainda no âmbito municipal, deve-se destacar a recente **Lei Municipal da Juventude, Lei complementar nº 115, de agosto de 2015**, na qual verificam-se os seguintes artigos:

⁷ No período até o final de 2015.



Art. 4º Na formulação e implementação da Política Municipal da Juventude observar-se-ão os seguintes princípios:

II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;

Art. 6º Compete ao Conselho Municipal da Juventude:

III - fomentar o associativismo juvenil, estimulando a participação da juventude nos organismos públicos e movimentos sociais e populares;

II - 12 (doze) representantes da sociedade civil, preferencialmente com idades entre 15 e 29 anos, que deverão ser eleitos, obedecida a seguinte composição:

b) 01 (um) representante da União Campineira dos Estudantes Secundaristas - UCES e, caso não haja, 01 (um) representante do movimento estudantil secundarista, através dos Grêmios Estudantis, a ser eleito na forma do § 1º deste artigo;

Portanto, este é o cenário da juventude no âmbito educacional, na qual destacaram-se algumas leis e pontos relevantes das principais e atuais políticas e possibilidades para o jovem.

Juventude Campinas - Análise de Dados

Números sobre a população educacional:

Matriculas – Campinas	2014
Ensino Fundamental - Anos Finais - Rede estadual	35.010
Ensino Fundamental - Anos Finais - Rede municipal	8.665
Ensino Fundamental - Anos Finais - Rede privada	13.248
Ensino Médio - Rede estadual	37.282
Ensino Médio - Rede municipal	-
Ensino Médio - Rede particular	9.122
Total	103.327

Fonte: SEADE

- Fenômeno inexistente

Conforme informações da diretoria de ensino, na rede estadual, na faixa etária de 15 a 29 anos, há 50.141 alunos matriculados.

Média de alunos por turma e série – Campinas (SP)

Ano	Rede	Ensino Médio			
		Séries			
		Total Médio	1ª série	2ª série	3ª série
2010	Privada	30,1	30,6	28,7	31,2
	Pública	33,7	34,5	33,1	33,3
	Total	33	33,8	32,1	32,8
2011	Privada	28,5	29,2	29,2	26,8
	Pública	34,2	34,9	33,9	33,9
	Total	33,2	33,9	33	32,5
2012	Privada	30,4	30,6	29,4	31,3
	Pública	32,7	33,9	32,3	31,2
	Total	32,2	33,3	31,8	31,2
2013	Privada	30,2	29,2	30,3	31,5
	Pública	33	34,2	32,5	31,9
	Total	32,4	33,2	32	31,8
2014	Privada	28,8	29	27,9	29,4
	Pública	33,7	34,5	33,4	33
	Total	32,6	33,4	32,2	32,2

Fonte: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC)

Nesta tabela, observa-se uma média relativamente alta de alunos por turma e por série. Embora não haja uma lei específica ou regras claras que definam a quantidade média ou máxima de alunos por turma e série, alguns educadores recomendam que seja de 30 (trinta) alunos (Anexo 1).

Taxa de distorção Idade-Série (%) – Campinas-SP

Ano	Rede	Ensino Médio			
		Séries			
		Total Médio	1ª série	2ª série	3ª série
2010	Privada	7,5	8,6	7,3	6,4
	Pública	23,5	26,4	22,9	19,5
	Total	20,6	23,3	20	16,9
2011	Privada	6,3	6,2	6,5	6,1
	Pública	21,8	24,6	19,9	19,9
	Total	19,4	21,9	17,8	17,6
2012	Privada	6,7	7,8	5,4	6,5
	Pública	19,4	23	19	14,2
	Total	17,1	20,3	16,6	12,8
2013	Privada	6,3	7,5	6,3	4,9
	Pública	18	22,2	17	12,7
	Total	15,8	19,7	14,8	11,2
2014	Privada	6,7	7,5	6,7	5,7
	Pública	16,3	19,3	16,5	11,4
	Total	14,4	17,2	14,6	10,2

Fonte: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC)

O valor da distorção é calculado em anos e representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. O aluno é considerado “em situação de distorção ou defasagem idade-série” quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série for de dois anos ou mais. Essa situação de distorção pode ser desencadeada por três fatores principais: a repetência, a entrada tardia na escola, abandono e retorno do aluno evadido.

A distorção idade-série representa um grave problema da educação na cidade de Campinas. Consequência das elevadas taxas de repetência, a distorção idade-série é apontada por pesquisas nacionais e internacionais como um dos principais problemas da educação brasileira. As avaliações mostram que o estudante em atraso escolar (frequentando série não correspondente à sua idade) tem desempenho inferior aos alunos que estão em séries próprias à idade (Anexo 1).



Ano	Rede	Ensino Médio		
		Séries		
		1ª série	2ª série	3ª série
2010	Privada	93,4	97,3	99,2
	Pública	74,3	81,2	88,9
	Total	77,5	84,2	91
2011	Privada	92,8	97,2	98,3
	Pública	70,1	77,4	86,8
	Total	73,4	80,6	88,7
2012	Privada	92,4	96	98,1
	Pública	75,1	81	89,2
	Total	78,2	83,5	90,9
2013	Privada	91,7	95,8	98,3
	Pública	74,6	81,9	88,4
	Total	77,5	84,6	90,3
2014	Privada	91,3	96,5	98,2
	Pública	78,6	84,6	89,5
	Total	80,9	86,9	91,4

Fonte: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC)

Taxa de Reprovação no Ensino Médio – Campinas (SP)

Ano	Rede	Ensino Médio		
		Séries		
		1ª série	2ª série	3ª série
2010	Privada	6,5	2,7	0,8
	Pública	18,6	12,8	7
	Total	16,5	10,9	5,8
2011	Privada	7,2	2,7	1,7
	Pública	23,1	16,2	8,9
	Total	20,8	14,1	7,8
2012	Privada	7,5	4	1,9
	Pública	16,7	11,9	6,1
	Total	15	10,5	5,3
2013	Privada	8,2	4,2	1,7
	Pública	15,2	10	5,7
	Total	14	8,8	4,9
2014	Privada	8,7	3,5	1,8
	Pública	13,8	9,1	5,3
	Total	12,9	8	4,5

Fonte: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC)



Taxa de Abandono no Ensino Médio – Campinas (SP)

Ano	Rede	Ensino Médio		
		Séries		
		1ª série	2ª série	3ª série
2010	Privada	0,1	-	-
	Pública	7,1	6	4,1
	Total	6	4,9	3,2
2011	Privada	-	0,1	-
	Pública	6,8	6,4	4,3
	Total	5,8	5,3	3,5
2012	Privada	0,1	-	-
	Pública	8,2	7,1	4,7
	Total	6,8	6	3,8
2013	Privada	0,1	-	-
	Pública	10,2	8,1	5,9
	Total	8,5	6,6	4,8
2014	Privada	-	-	-
	Pública	7,6	6,3	5,2
	Total	6,2	5,1	4,1

Fonte: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC)

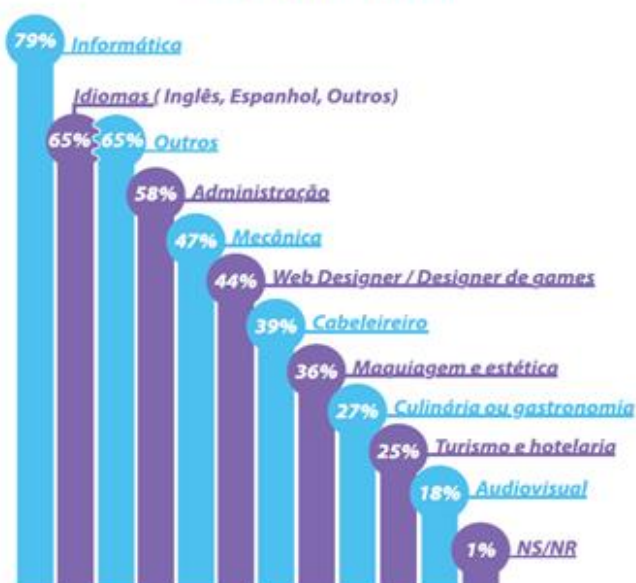
As taxas de aprovação/reprovação, primeiramente, divergem do senso comum de que as escolas públicas são ambientes de fácil aprovação. As escolas públicas são as que mais reprovam se comparadas às escolas particulares. Principalmente nos últimos anos do Ensino Médio, as escolas públicas, entre os anos 2010 e 2014, reprovaram até sete vezes mais que as escolas particulares (Anexo 1).

Os dados apresentados mostram um dos objetivos desse Guia: apresentar o panorama geral da educação em Campinas diante dos dados disponibilizados pelos órgãos públicos no recorte etário da Política Nacional de Juventude, 15 a 29 anos, que abrange o Ensino Médio, o Ensino Técnico-Profissionalizante e o Ensino Superior. Entretanto, muitos dados não foram suficientes, além de apresentarem contradição com a realidade dos jovens e profissionais atuantes nessa área. Por este motivo, foi de grande relevância considerar a pesquisa de opinião “PerguntAção”⁸, realizada em 2013, na qual foram feitas algumas importantes perguntas, dirigidas aos jovens, sobre o âmbito educacional. Aqui, seguem elencadas as questões aplicadas e os resultados obtidos.

⁸ A metodologia do PerguntAção consiste na realização de consultas participativas de opinião, que nada mais são que um processo construído a muitas mãos, de levantamento de dados por meio de entrevistas pessoais, com questionário estruturado, visando fortalecer a articulação de grupos para a investigação de temas de interesse, tendo em vista a realização de um projeto em comum.

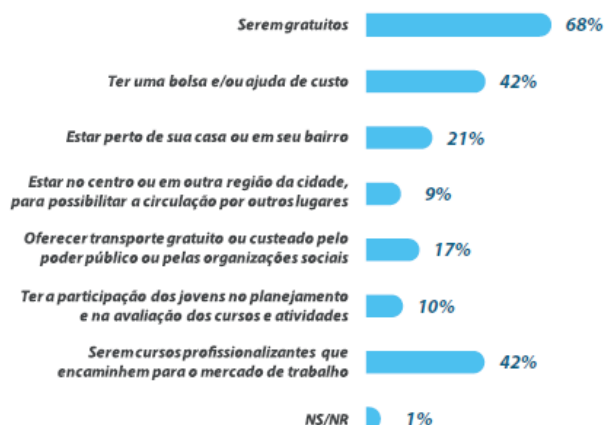


Pensando em cursos profissionalizantes, quais desses você acha que os adolescentes e jovens de seu bairro tem interesse em fazer? (marque quantas quiser)



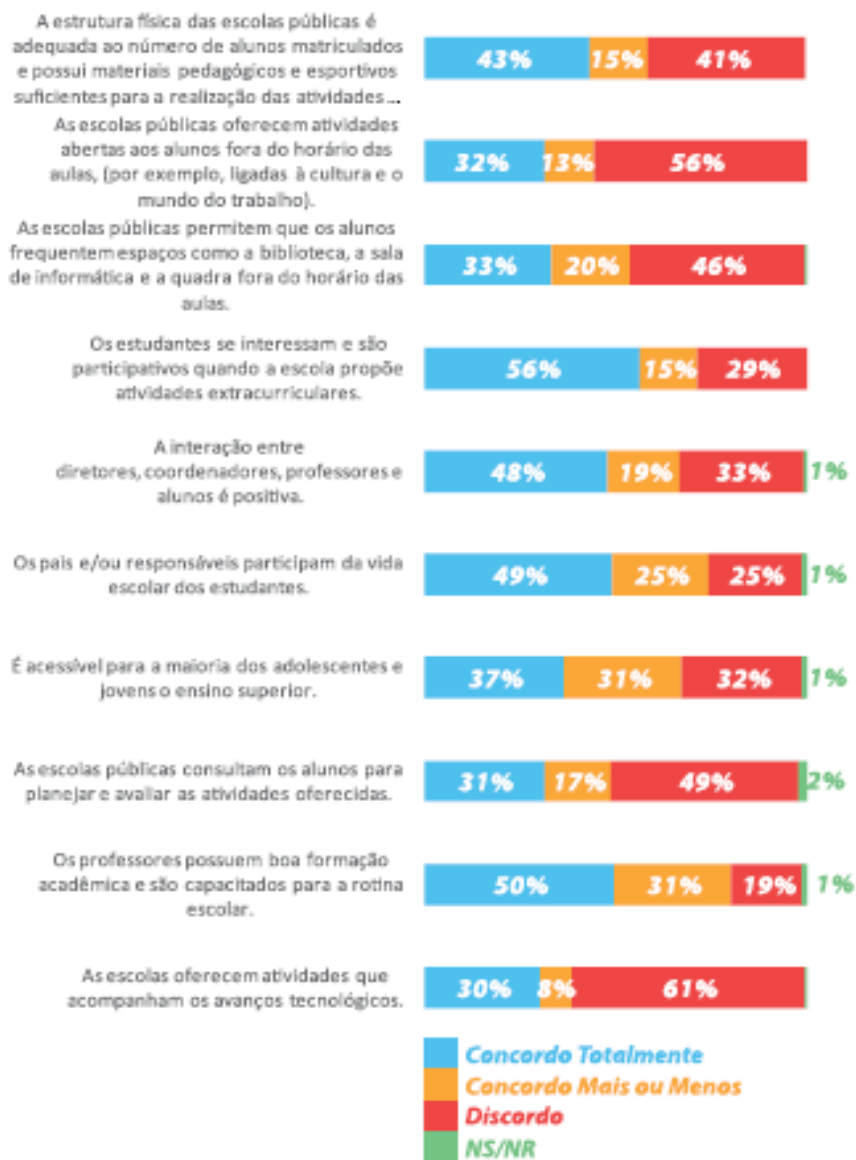
Os cursos voltados às exigências atuais do mercado de trabalho tradicional foram os mais apontados pelos entrevistados: oito em cada dez entrevistados indicaram o interesse por informática; seis em a cada dez entrevistados, pelo aprendizado em idiomas e administração.

Quais você acha que são os DOIS PRINCIPAIS estímulos para os adolescentes e jovens frequentarem ou participarem de cursos profissionalizantes e atividades culturais, de lazer ou esportivas? (marque apenas DUAS respostas)

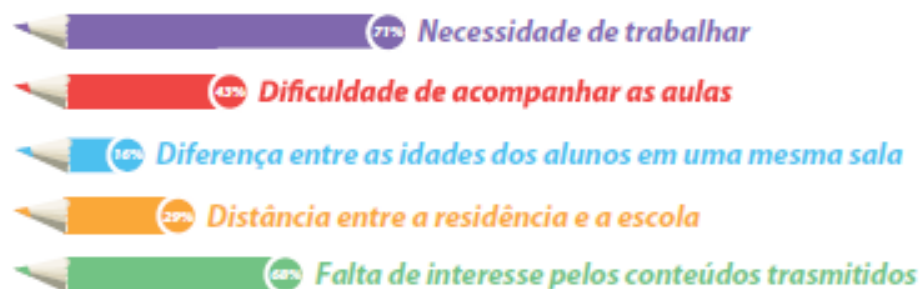


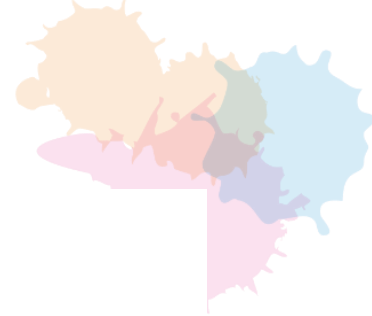


A seguir tem uma série de frases que descrevem situações positivas sobre diversos assuntos da área de educação na cidade. Por favor, diga se você “concorda totalmente”, “concorda mais ou menos” ou “discorda”.

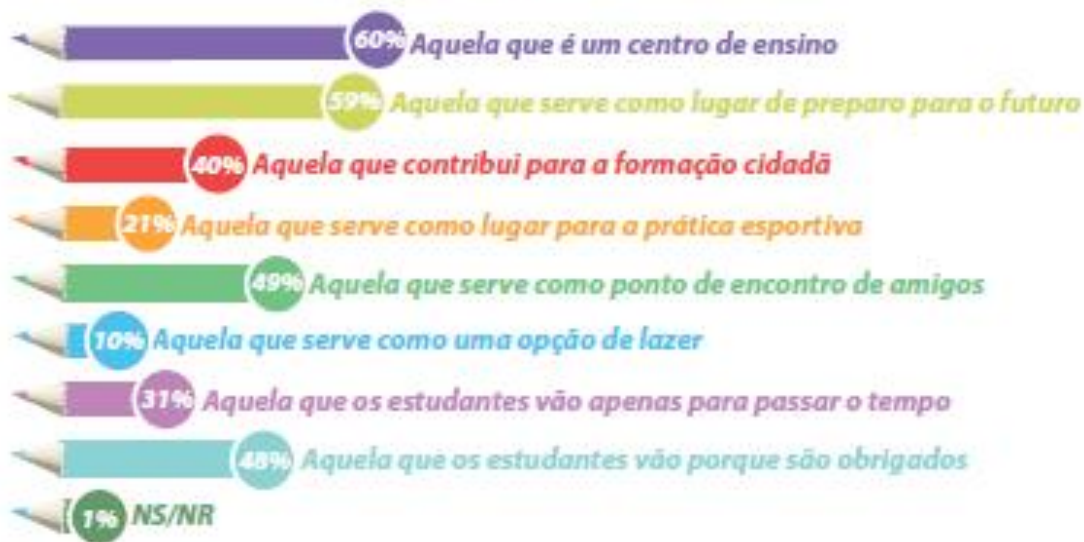


Para você, quais são as causas que levam os jovens a abandonarem os estudos? (marque quantas quiser)





**Para você, a escola hoje em dia é considerada como:
(marque quantas quiser)**



Portanto, observa-se que, apesar da escola ainda ser considerada pela juventude um espaço importante para a formação e construção do conhecimento, também identifica-se a pouca participação do jovem nesse espaço, além do problema do abandono escolar pela necessidade da entrada no mercado de trabalho, constituindo-se em uma violação de direitos.

Recomendações

- No âmbito geral das políticas públicas, percebe-se a importância da educação na vida da juventude, visto que apesar das muitas críticas, clama-se por uma educação pública, laica, de qualidade e para todos. Por isso, fomentar e garantir essa educação é algo fundamental. Deve-se envolver todos os sujeitos, isto é, Estado, gestão, professores, funcionários, alunos, famílias e comunidade em geral. Governos federais, estaduais e municipais devem cumprir com suas obrigações conforme as legislações já citadas para garantir tal direito à juventude.
- É importante ressaltar que uma quantidade menor de alunos por série e turma visa uma qualidade melhor no aprendizado e no desenvolvimento dos alunos. Portanto, constata-se que tanto escolas públicas quanto privadas estão nos seus limites para o bom desempenho de uma educação de qualidade.
- As gestões estaduais e municipais devem estimular projetos e programas que viabilizem a participação política dos jovens em grêmios escolares de forma livre e autônoma, disponibilizando recursos financeiros para que isso ocorra efetivamente.



Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985. **Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências.** Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9.394, de 1996.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação (2014-2024)** – PNE e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.** Brasília.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da juventude.** Brasília.

CAMPINAS. Lei complementar nº 115, de agosto de 2015. **Política Municipal da Juventude** e sobre o Conselho Municipal da Juventude de Campinas, cria a Coordenadoria Setorial de Políticas para a Juventude e dá outras providências.

CAMPINAS. **Secretaria Municipal de Educação.**

DAYRELL, J. C. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

FEAC. **Relatório da consulta participativa de opinião, metodologia PerguntAção**, elaborado em janeiro de 2014. Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – FEAC e Instituto Paulo Montenegro.

PEE – SÃO PAULO. Projeto de lei Nº 1083 / 2015. **Plano Estadual de Educação.** Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/>> Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2016.

CAPÍTULO 4

Trabalho, emprego e geração de renda

por Tâmara Harumi Yamagute,
Priscila Rejane de Oliveira Scopacasa
e Biviane Moro de Oliveira



Introdução

Pretende-se neste Guia que o tema *trabalho* possa abranger as necessidades e perspectivas dos jovens e o mundo do trabalho, a fim de garantir o acesso ao **direito à profissionalização, ao trabalho e à renda**, previsto na Constituição e no Estatuto da Juventude.

Por meio dessa ação informativa, visa-se contribuir para promoção e inclusão juvenil, conforme previsto no Estatuto da Juventude. Deseja-se:

- I. Que os jovens conheçam e possam acessar redes de economia solidária e da livre associação. Para tal é necessário que haja oferta destas redes no município.
- II. Condições especiais de jornada de trabalho respeitadas e conhecidas pela juventude e por aqueles que contratam pessoas nessa faixa etária (15 a 29 anos), como por exemplo a Lei do Estágio e a Lei do Jovem Aprendiz.
- III. Que haja, para o jovem empreendedor, possibilidade de linha de crédito especial.
- IV. Cobrar do Estado ação preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil.
- V. Que o Ministério do Trabalho e Emprego fiscalize empresas, promovendo nestas oportunidades de estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude.
- VI. Que o jovem trabalhador rural tenha acesso a informações, estímulo, investimentos e garantias básicas para empreendimento familiar rural e à formação de cooperativas.
- VII. Que o poder público garanta a oferta de condições especiais de jornada de trabalho, estimule a formação e a inserção no mercado de trabalho ao jovem trabalhador deficiente.

Ressalta-se ainda que o direito à profissionalização e à proteção no trabalho de adolescentes com idade entre 15 e 18 anos será regido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Objetivos gerais

Atuar na incidência de mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda para a juventude no município de Campinas.

Objetivos específicos

Contribuir para a promoção da inclusão social por meio de trabalho, emprego e geração de renda, fornecendo informações para acesso e integração do jovem ao mundo do trabalho.

Leis e Convenções

PróJovem Trabalhador - MTE

Cartilha Lei do Estágio - MTE

Aprendizagem - MTE

Responsabilidade Social - MTE

Juventude Web - MTE

Conceitos

O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social (Art. 14 - Estatuto da Juventude, 2013).

(...) o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente, como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o tem (Castel, 1998, p.18).

O reconhecimento da juventude não só como uma fase de transição para a vida adulta, como um dever, como um vir a ser, mas com a compreensão de quem são esses jovens, como constroem suas experiências e quais são suas atuais necessidades, demanda políticas públicas específicas para essa população. Mais do que uma fase da vida, é um processo que envolve múltiplos elementos, que garantem autonomia material e afetiva dos sujeitos (Knauth *et al.*, 2006). São eles: a escolarização, a profissionalização, os relacionamentos afetivo-sexuais, a conjugalidade, a reprodução e a participação social. Para a transição à vida adulta, é necessário que os jovens combinem este conjunto de elementos aos recursos materiais e sociais disponíveis (Lobato e Labrea, 2013). As condições em que os jovens vivem essa transição e a qualidade dos recursos dispostos a eles podem determinar o grau de inclusão social que poderão obter. Dentre as principais razões pelas quais a juventude não exerce plenamente seus direitos está a qualidade de sua inserção no mercado de trabalho.

A partir da revolução industrial, o trabalho tomou destaque no sistema econômico capitalista, passando a enfatizar cada vez mais a produção de mercadoria em detrimento do cuidado com o trabalhador. A realidade que nos cerca hoje, tanto da desvalorização do trabalhador como do alto índice de rotatividade, informalidade e desemprego entre os jovens, tem preocupado a muitos, já que existe na juventude grande potencial de contribuição econômica para o país, além da preocupação com o trabalho de qualidade.

Os desafios de acesso ao mercado de trabalho são muitos, tornando-se necessário o fortalecimento de políticas públicas voltadas à juventude. É preciso pensar o mundo do trabalho e a juventude no contemporâneo, não de forma linear, mas levando em consideração as suas complexidades. José Machado Pais (2005) faz uma crítica à lógica da linearidade, que nem sempre se ajusta à não linearidade vivida por muitos jovens, denominada “dilema de labirinto”, modificando os percursos de suas vidas, não tanto por escolhas, mas pelo acaso e pelas condições que lhes são impostas. Existe a necessidade econômica, mas também o desejo de alcançar experiência e autonomia. É importante destacar que a necessidade não seja impeditiva para a continuidade dos estudos. A coexistência do trabalho e dos estudos, experiências de trabalho que gerem real aprendizagem, podem possibilitar ao jovem oportunidades profissionais melhores no futuro. Trata-se do trabalho não alienante, mas provido de intenção e significação social. Nesse sentido, para Antunes,

Sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social. O trabalho assalariado que dá sentido ao capital gera uma subjetividade inautêntica no próprio ato de trabalho. Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao reestruturar o ser social, terá desestruturado o capital. E esse mesmo trabalho autodeterminado que tornou sem sentido o capital gerará as condições sociais para o

florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, dando um novo sentido ao trabalho (Antunes, 2000, p. 182).

Juventude Campinas - Análise de Dados

Com o objetivo de avaliar o emprego e a renda na cidade de Campinas (SP), particularmente em relação à juventude da cidade, é fundamental observar o PIB (Produto Interno Bruto) do município, ou seja, avaliar em linhas gerais a produção total do município com base na satisfação das necessidades humanas.

Neste sentido, é importante lembrar que o crescimento econômico ou PIB estão intimamente ligados à geração de emprego e renda de uma determinada sociedade. Entretanto, muitas vezes, confunde-se crescimento econômico com desenvolvimento econômico, que não são a mesma coisa. O primeiro refere-se à ampliação quantitativa da produção; o segundo está associado às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes de um país, estado ou município.

Após a compreensão da estrutura produtiva da cidade de Campinas, é importante entender que, a partir do total da população residente, pode-se definir a População Economicamente Ativa (PEA) que representa a população ativa integrada ao mercado de trabalho. Na PEA incluem-se as pessoas empregadas e as que estão procurando emprego, portanto, neste conceito, compreende-se que pessoas com 15 anos ou mais, que estiverem trabalhando ou procurando emprego, estão incluídas na PEA.

Em 2011, a geração de empregos para os jovens foi de um total de 11.941; em 2012, 10.321 empregos; em 2013, 7.279; em 2014, 6.447. Apesar da contínua geração de empregos, é visível a sua retração. Ao comparar ano a ano entre 2011 e 2012, a geração de empregos reduziu 13,6%; na comparação entre 2013 e 2012, a retração da geração de empregos correspondeu a 29,5%; e entre 2014 e 2013 registrou uma diminuição na geração de empregos de 11,4%.

Nos últimos 4 anos, a faixa etária que mais gerou empregos foi entre 18 e 24 anos, com um total de 24.379 empregos ou o equivalente a 67,7% do total dos empregos gerados no período. Em seguida, a faixa etária até 17 anos gerou 6.929 empregos, representando 19,3% do total dos empregos gerados. Por fim, a faixa etária entre 25 e 29 anos gerou, no período, 4.680, empregos o que corresponde a 13% do total dos empregos gerados.

Dentre os cinco setores econômicos elencados (indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária extrativismo vegetal e mineral), o setor de serviços lidera a geração de empregos tanto para homens quanto para mulheres, entre 2011 e 2014. Uma das justificativas pela primeira posição na geração de empregos é a liderança desse setor na composição do PIB no município de Campinas. Aos homens, gerou-se 8.832 empregos; para as mulheres, um total de 11.597 empregos. Do ponto de vista de geração de empregos por setor, é o comércio o que mais gerou, correspondendo 4.825 empregos aos homens e 4.306 empregos às mulheres entre 2011 e 2014.

O setor de indústria gerou aos homens 2.575 empregos e às mulheres 1.646 empregos. O setor de construção civil contribuiu com 1.696 empregos aos homens e 414 empregos às mulheres. Por fim, o setor que menos gerou empregos entre 2011 e 2014 foi o setor Agropecuário e de extração vegetal e mineral, sendo 74 empregos aos homens e 23 empregos às mulheres. Este baixo nível registrado é

pelo fato da cidade de Campinas possuir alta densidade populacional em zona urbana e apenas 0,1% em zona rural.

Recomendações

Recomenda-se, a seguir, as entidades certificadoras do município de Campinas, como meio de inclusão social, mediação de acesso e integração ao mundo do trabalho:

Associação Benicar

Fone: 3235-3841

veraliamc@hotmail.com.br

Associação de Educação do Homem de Amanhã – Guardinha

Endereço: Av. das Amoreiras, 165 Parque Itália

Campinas/SP CEP: 13042-430

Horário de atendimento: das 8h00 às 17h00

<http://www.guardinha.org.br>

Fone: 3772-9699

diretoria@guardinha.org.br

Associação de Ensino Social Profissionalizante – ESPRO

Endereço: Rua Barão Geraldo de Rezende, 143 Vila Itapura

Campinas/SP CEP: 13020-440

Horário de atendimento: das 8h00 às 17h00

<https://aprendiz.espro.org.br>

Fone: 3236-0214

marcela.toledo@espro.org.br

Casa dos Menores de Campinas

Fone: 3225-5557

projetoaprendiz@mpc.com.br

Patrulheiros

Centro de Aprendizagem e Mobilização pela Cidadania – CAMPC

Endereço: Av. das Amoreiras, 906 Parque Itália

Campinas/SP CEP: 13036-225

Horário de atendimento: das 8h00 às 17h00

<http://www.patrulheiroscampinas.com.br>

Fone: 3303-3556

vanessa@patrulheiroscampinas.com.br

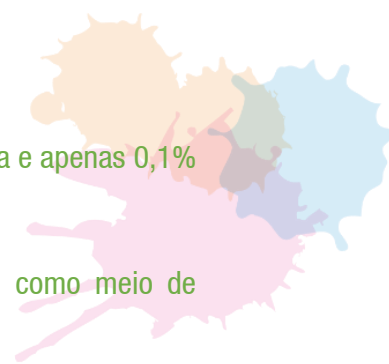
Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE

Endereço: Rua Tiradentes, 195 Vila Itapura

Campinas/SP CEP: 130100-000

Horário de atendimento: das 8h30 às 17h30

www.ciee.org.br



Fone: 3705-1523

eliana_a@cieesp.org.br

Centro Espírita Allan Kardec - Educandário Eurípedes

Fone: 3242-3877

taniaceak@terra.com.br

Centro Social Presidente Kennedy

Fone: 3272-7224

jovemaprendizck@hotmail.com

Fundação Bradesco

Fone: 3267-6769 6203

shabitante@fundacaobradesco.org.br

Fundação JARI

Fone: 3223.1457

presidencia@fundacaojari.org.br

lilian.rodrigues@fundacaojari.org.br

Grupo Primavera

Fone: 3246-0021

servicosocial@gprimavera.org.br

pedagogia@gprimavera.org.br

Rede Cidadã

Fone: (11) 3159-0326

cristinasaturnino@programaconexao.org.br

redecidada@redecidada.org.br

sandra.balbino@redecidada.org.br

SENAC

Endereço: Rua Sacramento, 490 Centro

Campinas/SP CEP: 13010-210

Horário de atendimento: das 8h00 às 21h00

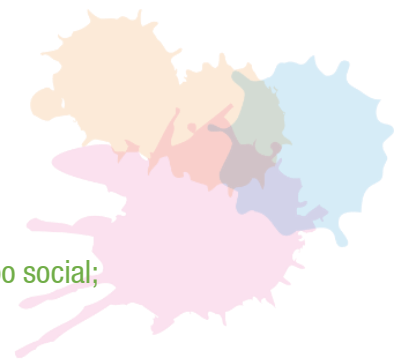
www.sp.senac.br/campinas

Fone: 2117-0600

Além de instigar ações do poder público na informação, divulgação, integração, capacitação e inclusão de jovens com e sem deficiência no mundo do trabalho, a partir da efetividade de leis e convenções destinadas à juventude, deve-se possibilitar o acesso a redes de economia solidária no município, despertando nos jovens um olhar empreendedor. Também se faz necessário estimular a presença atenta e dedicada dos pais ou responsáveis para que o jovem não se sinta desprotegido e tenha segurança na entrada no mundo do trabalho. Para a juventude o trabalho também pode ser encarado como:



- uma necessidade;
- uma estratégia de sobrevivência;
- satisfação do desejo de autonomia e independência financeira;
- significado do consumo como forma de pertencimento do jovem no seu grupo social;
- valor cultural simbólico.



Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da juventude**. Brasília.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social*, Ed. Vozes, 1998, Rio de Janeiro.

Juventude e Trabalho: Contribuição para o diálogo com as Políticas Públicas. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/6958/bmt55_politicaemfoco_juventude.pdf> Acessado em janeiro de 2016.

KNAUTH, D. *et al.* **As trajetórias afetivo-sexuais: encontros, uniões e separação**. // HEILBORN, M. L. *et al.* (Org.). O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

LOBATO, A. P.; LABREA, V. V. **Juventude e Trabalho: Contribuições para o diálogo com as políticas públicas**. Boletim do Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise nº 55, IPEA, agosto de 2013. <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19649&Itemid=9> Acesso em janeiro de 2016.

PAIS, J.M. **Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro**. Lisboa, Ambar, 2005.

Trabalho Decente e Juventude. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_25_2.pdf>. Acesso em janeiro de 2016.

CAPÍTULO 5

Esporte e Lazer

por Joyce Marquezin Setubal e
Carlos Eduardo Lugli



Introdução

Pretende-se por meio deste capítulo apresentar inicialmente uma relação do cenário atual de Campinas com o que está previsto nas legislações de políticas de esporte e lazer, assim como o que está previsto no Estatuto Nacional da Juventude. A partir dessas informações, espera-se sinalizar os déficits e produzir algumas recomendações para melhoria da política de esporte e lazer no município, conforme os direitos já consolidados no Estatuto da Juventude no que se refere ao esporte e lazer:

Art. 28. O jovem tem direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de participação.

Parágrafo único. O direito à prática desportiva dos adolescentes deverá considerar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 29. A política pública de desporto e lazer destinada ao jovem deverá considerar:

I - a realização de diagnóstico e estudos estatísticos oficiais acerca da educação física e dos desportos e dos equipamentos de lazer no Brasil;

II - a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte, com critérios que priorizem a juventude e promovam a equidade;

III - a valorização do desporto e do desporto educacional;

IV - a oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer.

Art. 30. Todas as escolas deverão buscar pelo menos um local apropriado para a prática de atividades poliesportivas.

Segundo a Lei nº 12.353, de 10 de setembro de 2005, que institui a política de esporte e lazer no município de Campinas,

Art. 3º - A Política Municipal de Esporte e Lazer se norteará pelos seguintes princípios:

IV - descentralização: baseada na autogestão e autonomia organizacional e administrativa;

De acordo com o mapeamento atual das políticas de esporte e lazer para juventude no município de Campinas, foram levantados alguns dados relevantes que já estão previstos na Lei nº 12.353/2005:

Art. 2º - A Política Municipal de Esporte e Lazer tem por finalidade, nos termos do Artigo 217 da Constituição Federal, fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um, garantindo o acesso aos programas e projetos esportivos e de lazer, promovendo a qualificação e aperfeiçoamento de recursos humanos, o desenvolvimento das entidades de administração e prática esportiva, o desenvolvimento das ciências do esporte e o aprimoramento técnico das equipes e atletas do município.

Parágrafo único - A Política Municipal de Esporte e Lazer também tem por finalidade a promoção do desporto educacional, o incremento e incentivo das práticas de lazer como forma de promoção social e fomento de práticas esportivas não profissionais.


Art. 3º - A Política Municipal de Esporte e Lazer se norteará pelos seguintes princípios: IV - descentralização: baseada na autogestão e autonomia organizacional e administrativa; V - direito de participação: expresso pela livre prática do esporte e do lazer, nas atividades formais e não-formais, respeitando-se os interesses individuais;

Art. 5º - Compete ao Poder Público Municipal, nos termos desta lei, implementar a Política Municipal de Esporte e Lazer com base nos seguintes objetivos:

I- Articular as ações governamentais no âmbito do esporte, do lazer, da cultura, da educação, da saúde, da cidadania e das comunicações;

II- Articular com a sociedade civil uma participação compartilhada na elaboração de projetos, garantindo, por meio de dispositivos legais, sua viabilização e continuidade;

III- criar e manter os espaços públicos devidamente equipados e acessíveis à população para as diversas manifestações físicas, esportivas e de lazer;



IXV- estimular a participação das entidades públicas municipais na execução dos planos, programas e projetos esportivos de interesse Municipal, aplicados à região; Art. 13 - O Para-desporto tem por finalidade promover, fomentar e desenvolver atividades voltadas para as pessoas com deficiência, observado o disposto no art. 227 § 1º inciso II da Constituição Federal, visando promover o desenvolvimento integral do ser humano e a formação para a cidadania em programas e projetos que visem a sua inclusão social.

Considerando as legislações de políticas públicas para o esporte e lazer, pretende-se realizar um recorte para a população jovem e, por meio desse tópico, mostrar como está o cenário de políticas públicas de esporte e lazer para a juventude, de 15 a 29 anos, do município de Campinas.

Objetivo geral:

Fomentar a ampliação, democratização e universalização da prática do esporte e de lazer, integrado às demais políticas públicas para a juventude do município de Campinas.

Objetivos específicos:

- Análise das políticas de esporte e lazer do município de Campinas.
- Estudo da organização da política de esporte e lazer e das formas de acesso a elas.
- Levantamento de programas voltados ao esporte e lazer municipais existentes para a juventude no município.
- Levantamento de programas federais e estaduais voltados ao esporte e lazer que possam ser igualmente aplicados no município.

Leis e Convenções

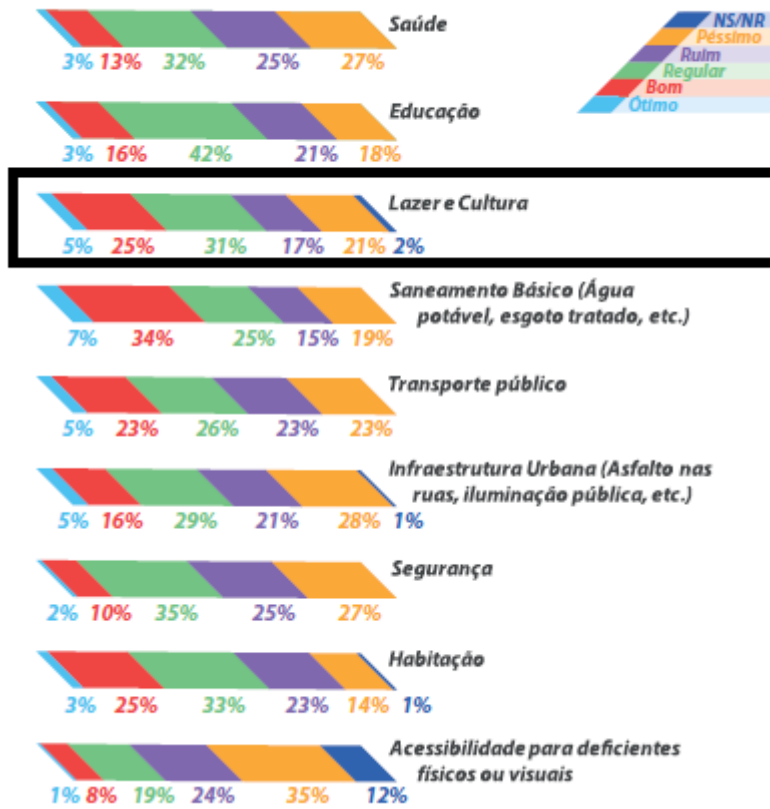
- Art. 4º - A Política Municipal de Esporte e Lazer atenderá as seguintes diretrizes:
 - III - integração da política de esportes e de lazer com as políticas públicas de cultura, educação, saúde, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, geração de emprego e renda e de inclusão social, sem a perda de critérios técnicos específicos de cada área.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Estatuto da Juventude.
- Constituição Federal.
- Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Alterada pelo Decreto Federal Nº 7.984, de 08 de Abril de 2013 que dispõem sobre Normas Gerais do Desporto.

Juventude de Campinas - Análise de Dados

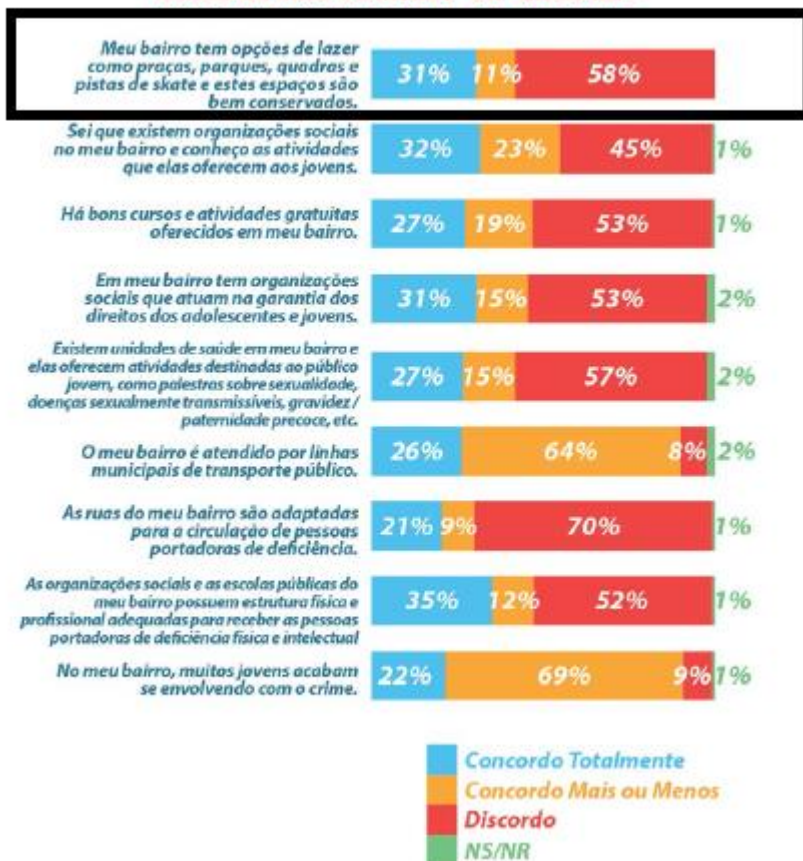
Segundo o relatório de pesquisa desenvolvida por meio do material “Perguntão”, em 2013, conforme já esclarecido na apresentação deste guia, com 306 jovens do município de Campinas, com faixa etária de 14 a 24 anos, foram identificados e analisados os dados referentes ao esporte e lazer, conforme segue:



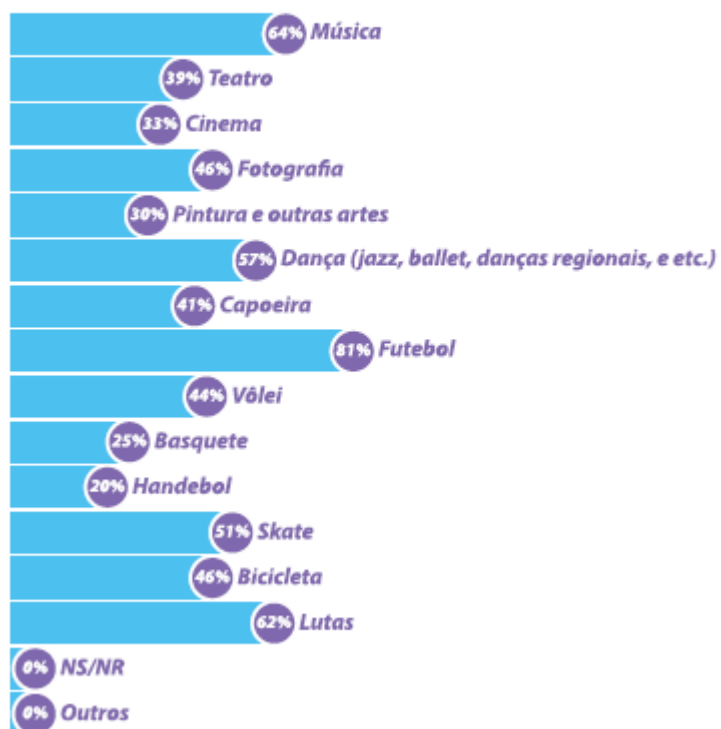
De modo geral, como você avalia as seguintes áreas na sua cidade?



A seguir tem uma série de frases que descrevem situações sobre o BAIRRO em que você mora. Por favor, diga se você "concorda totalmente", "concorda mais ou menos" ou "discorda".

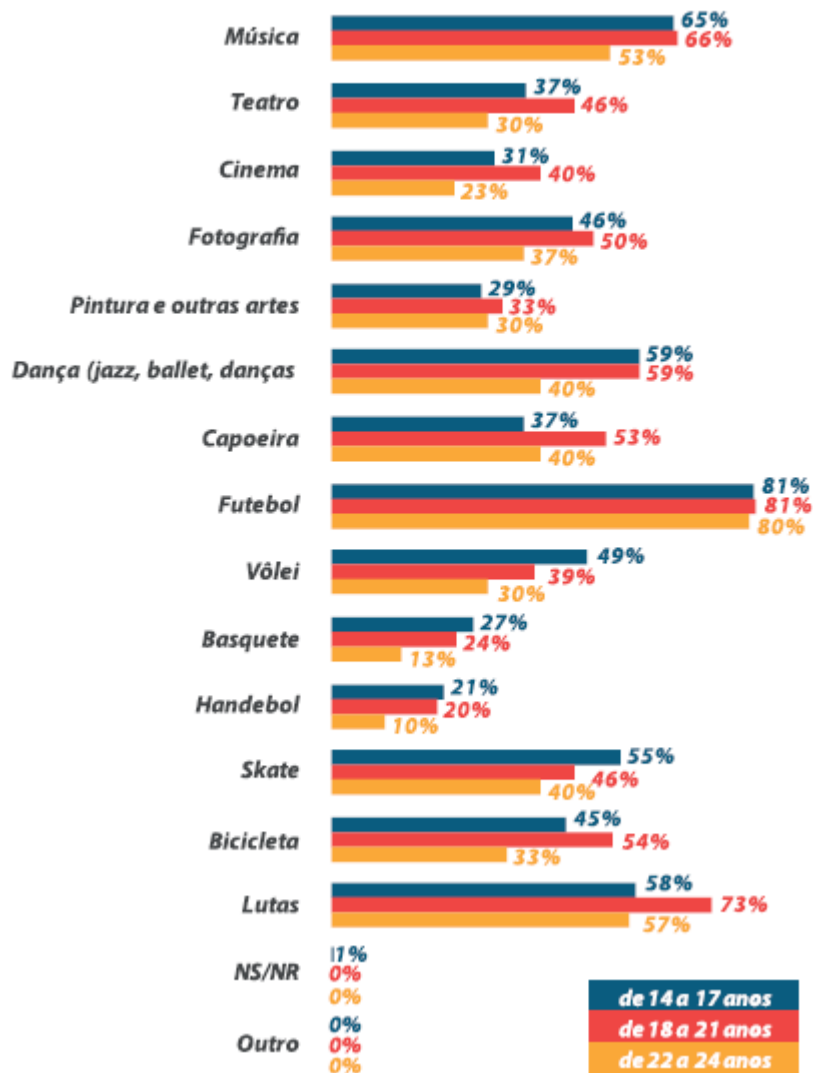


Pensando em cursos e atividades culturais e esportivas, quais desses você acha que os adolescentes e jovens de seu bairro têm interesse em fazer? (marque quantas quiser)

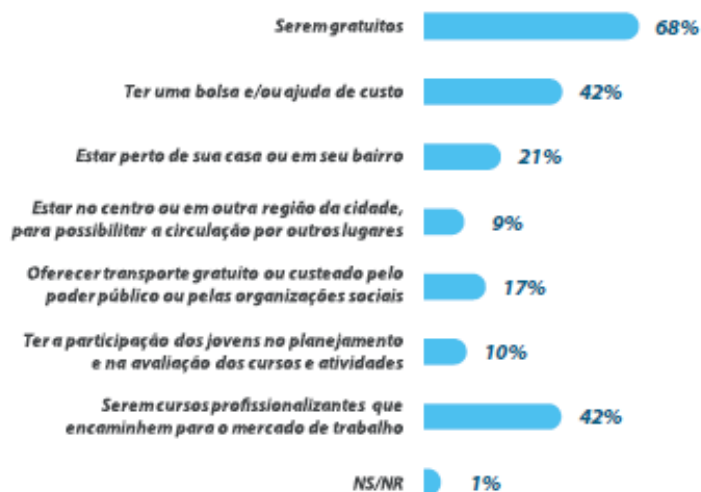




Pensando em cursos e atividades culturais e esportivas, quais desses você acha que os adolescentes e jovens de seu bairro têm interesse em fazer? (marques quantas quiser) x Faixa etária

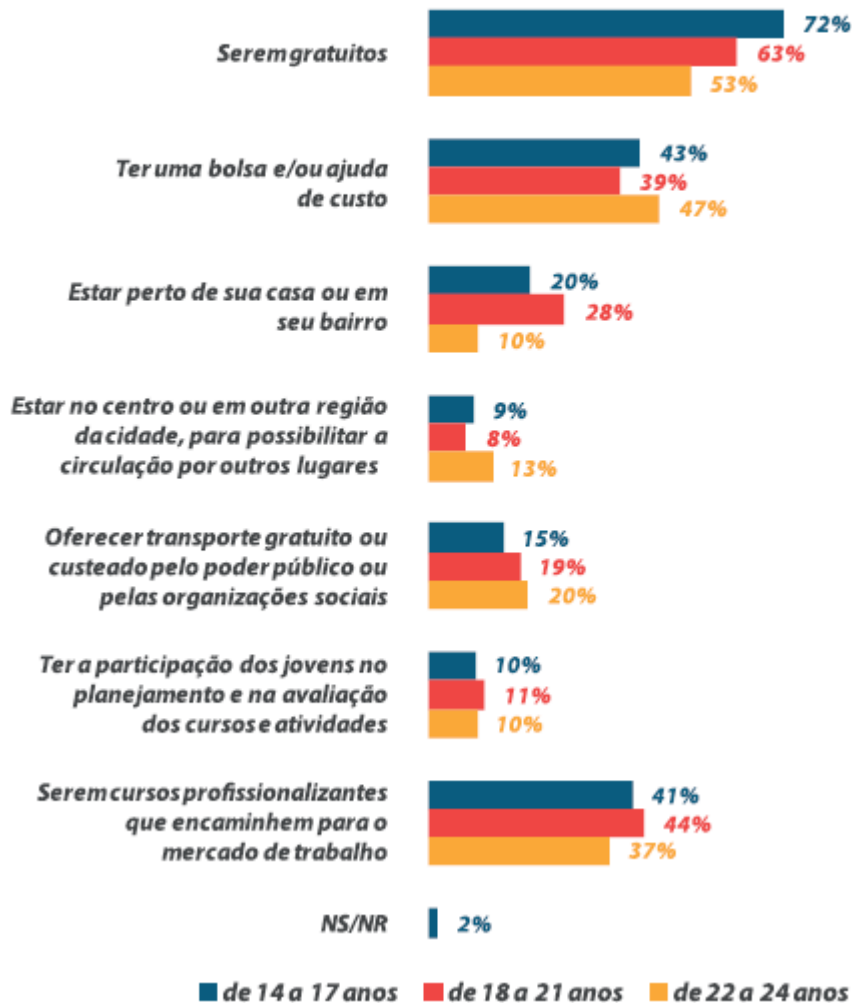


Quais você acha que são os DOIS PRINCIPAIS estímulos para os adolescentes e jovens frequentarem ou participarem de cursos profissionalizantes e atividades culturais, de lazer ou esportivas? (marque apenas DUAS respostas)

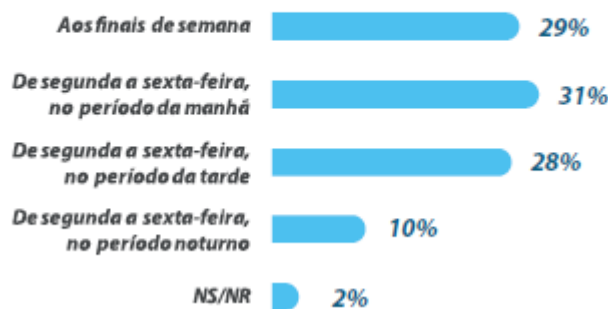




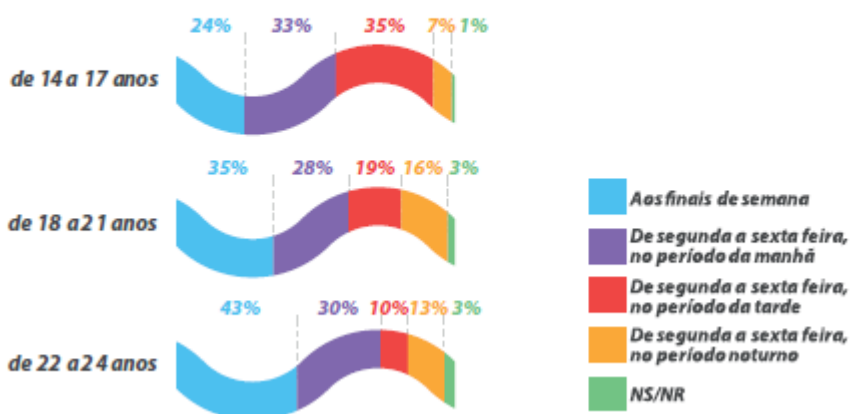
Quais você acha que são os DOIS PRINCIPAIS estímulos para os adolescentes e jovens frequentarem ou participarem de cursos profissionalizantes e atividades culturais, de lazer ou esportivas? (marque apenas DUAS respostas) x Faixa etária



Qual você acha que é a melhor opção de dia e horário para que adolescentes e jovens frequentem cursos (profissionalizantes e ligados à cultura) e atividades culturais e de lazer ou esportivas? (apenas uma resposta)



Qual você acha que é a melhor opção de dia e horário para que adolescentes e jovens frequentem cursos (profissionalizantes e ligados à cultura), atividades culturais e de lazer ou esportivas? (apenas uma resposta) x Faixa etária



Diante do exposto acima, percebe-se que 69% dos jovens entrevistados avaliam a oferta de políticas de lazer e cultura entre regular e péssima e 58% discordam quando expostos à afirmativa de que seu bairro contém opções de lazer como praças, parques, quadras e pistas de skate e que sejam bem conservados.

Os interesses predominantes são para atividades ligadas ao futebol, seguido por música, dança e skate, indicando que o principal estímulo para participação e adesão destas atividades está condicionado à gratuidade, em horários e dias alternados, de segunda a domingo.

De acordo com o mapeamento dos locais e atividades de esporte e lazer ofertadas pelo poder público em Campinas, foram identificados 32 espaços esportivos com atividades em funcionamento (praças, ginásios e locais parceiros). Apenas sete lugares oferecem atividades para a faixa etária de 15 a 29 anos, estimada no ano de 2014 em 274.074 adolescentes e jovens. A variedade de atividades limita-se a seis modalidades: ginástica, alongamento, dança de salão, tênis, futebol e trampolim, que são realizadas, em geral, apenas uma vez por semana e não atendem todas as regiões do município.

Os dados revelam que a oferta de projetos e atividades é quase nula para a juventude de Campinas e contrapõem as indicações levantadas por intermédio do relatório “Perguntação”, aqui apresentado.

Outra análise refere-se ao programa municipal criado pela Lei Municipal nº 12.352, que dispõe sobre o Fundo de Investimento Esportivo (FIEC), cujo objetivo é incentivar a comunidade a criar novos espaços e formas de desenvolver práticas esportivas com a inscrição de projetos apresentados por entidades sem fins lucrativos, organizações não governamentais, associações de bairros e clubes recreativos. Em sua essência, o FIEC propõe contemplar todas as manifestações esportivas, sendo elas de participação e lazer, esportes educacionais, de rendimento e o paradesporto.

Considerando o edital apresentado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Município de Campinas, que destinou os recursos conforme critérios estabelecidos para aplicação das propostas aprovadas para o ano de 2016, foram aplicados R\$ 1.850.000,00 para o FIEC, conforme tabela abaixo:



Manifestação esportiva	Projetos contemplados	Entidades contempladas	Recursos Totais	Média por projeto
Esporte educacional	Manifestação excluída em 2016	0	R\$ 0,00 (0%)	R\$ 0,00
Esporte de participação e lazer	12	12	R\$ 277.000,00 (13%)	R\$ 23.083,33
Paradesporto	5	3	R\$ 240.000,00 (15%)	R\$ 48.000,00
Esporte de rendimento	18	15	R\$ 1.333.000,0 (72%)	R\$ 74.055,56
Total	35	30	R\$ 1.850.000,00	R\$ 52.857,14

Como citado acima, foram disponibilizados R\$ 1.850.000,00 para as quatro manifestações esportivas, sendo que a modalidade de Esporte Educacional foi excluída para o ano de 2016.

Do total, R\$ 1.333.000,00, ou seja, 72% dos recursos, se destinam ao esporte de rendimento, contemplando 18 projetos para 15 entidades, com média de R\$ 74.055,56 para cada um. Por fim, três entidades com cinco projetos foram contempladas com R\$ 240.000,00, isto é, R\$ 33.000,00 a menos do que a somatória total do Esporte de Participação e Lazer que obteve R\$ 277.000,00.

Considerando que o paradesporto é pertencente ao esporte de rendimento, conforme o Decreto nº 7.984, de 08 de abril de 2013, que dispõe sobre Normas Gerais do Desporto, por meio do FIEC destinou-se o montante de R\$ 1.573.000,00, equivalente a 85% do total dos recursos disponíveis para o esporte de rendimento, ratificando-o assim como prioridade.

É recomendado que haja um equilíbrio do orçamento público para as três manifestações esportivas. O que vimos acima é um total desequilíbrio, considerando que o esporte de rendimento detém 85% dos recursos do FIEC e o esporte de participação e lazer 15%, enquanto o esporte educacional, prioridade conforme a Constituição Federal e Estatuto da Juventude, não obteve recurso para o desenvolvimento de ações.

Considerando o Estatuto da Juventude, no inciso 3º do artigo 29, o Município vai na contramão do que se determina. Ainda, no inciso 2º do artigo 217 da Constituição Federal, percebe-se o mesmo, tendo em vista que o esporte de rendimento será prioridade em casos específicos e que o desporto educacional deverá ser prioritário.

Recomendações

Considerando o que foi discutido na Conferência Municipal da Juventude de Campinas, em agosto de 2015, vale destacar as propostas levantadas para o município, conforme seguem:

1. Construção de praças esportivas e espaços de lazer nas periferias (e não apenas em regiões centrais da cidade). Espera-se que a coordenadoria de juventude, em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, promova atividades periodicamente para todas as faixas etárias, mas principalmente para jovens entre 15 a 29 anos, e que os horários das atividades sejam diversificados e acessíveis para atender toda a demanda.

2. Ampliação de bolsas de incentivo à prática de esporte de rendimento para jovens entre 15 e 29 anos e que o recurso destinado para esta finalidade respeite a diversidade de modalidades esportivas (não apenas uma modalidade) e paridade de gênero.

3. Fortalecimento dos espaços públicos existentes para práticas esportivas e de lazer, com atividades oferecidas para o público de 15 a 29 anos (não somente crianças, adolescentes e idosos), com acompanhamento de profissionais, atividades coerentes com a realidade das juventudes e em horários flexíveis.

4. Fomentar que as escolas de Ensino Médio insiram no currículo escolar a disciplina de esporte (é um direito do jovem que não está assegurado), pois complementam e auxiliam no desenvolvimento da juventude. Para isso, as escolas devem oferecer infraestrutura adequada e de qualidade, assim como profissionais especializados para promover a prática esportiva e suas diversas manifestações no âmbito da escola.

Recomendações, levantadas a partir dos dados analisados em programas estaduais e de outros municípios, potenciais programas para aplicação em Campinas:


Programa Segundo Tempo - Programa Estratégico do Governo Federal, tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

Atleta na Escola – Tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos.

Programa Esporte e Lazer na Cidade – PELC – O PELC, na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvam todas as faixas etárias, incluindo as com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

Deve-se:

- garantir, por meio dos gestores públicos, que a política de esporte e lazer desenvolva e aperfeiçoe programas beneficiando os jovens do município que estejam incluídos no ensino regular ou não, em espaços acessíveis em localização e estrutura, incluindo a pessoa com deficiência nestes espaços comuns, com a condução de profissionais qualificados para atividades desportivas;
- desenvolver projetos e metodologias que garantam o acesso livre ao esporte, por meio da iniciação esportiva, e propiciem à juventude de Campinas oportunidade de treinamentos para esportes de alto rendimento;
- ampliar os programas “Escola de esportes” e “Viva mais”, para que atinjam maior número de jovens, aumentando opções de espaços nos quais estas atividades são desenvolvidas e a ampliação de horários disponíveis para a realização;

- 
- incentivar o desenvolvimento de grêmios escolares e fortalecer os já existentes, para que atuem em parceria com a secretaria de esportes e lazer do município, a fim de desenvolver atividades nas escolas públicas, integrando a rede em eventos e campeonatos, propiciando a aproximação destes jovens;
 - fomentar atividades que integrem jovens com deficiência, de forma a não segregar as ações, mas ampliar sua participação aos programas e práticas existentes, reforçando sua inclusão;
 - acesso democrático ao esporte e lazer, para que a população jovem possa usufruir de todo seu conjunto, em consonância com a Lei Geral do Desporto, que preconiza o esporte com as seguintes manifestações:

1. Esporte educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

2. Esporte de participação (recreação e lazer), praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

3. Esporte de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei nº 9.615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país, e estas com as de outras nações. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado: a) de modo profissional e b) de modo não profissional.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Secretaria de Esporte, Lazer e juventude**. Disponível em: <http://www.selj.sp.gov.br/?page_id=63>. Acessado em 19/10/2015.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%AAncia-politica/politicas-publicas/esporte-e-lazer/politica-nacional/>>. Acessado em 23/10/2015.

BRASIL. **Programa segundo tempo**. Ministério do Esporte. Brasília, 2016 Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>>. Acessado em 22/01/2015.

BRASIL. **FIEC**. Secretaria de Esporte e Lazer. Campinas, 2016. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/esporte/fiec.php>>. Acessado em 22/01/2015.

BRASIL. **Edital FIEC 2016**. Diário oficial do Município de Campinas. Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/esportes/edital_fiec_2016.pdf>. Acessado em 22/01/2016.

BRASIL. **Projetos Aprovados 2016. Secretaria de Esportes e Lazer**. Campinas. 2015. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/esportes/projetos_aprovados_fiec_2016.pdf> Acessado em 22/01/2016.



FEAC. **Relatório da consulta participativa de opinião, metodologia PerguntAção**, elaborado em janeiro de 2014. Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – FEAC e Instituto Paulo Montenegro.

PINTO, L. M. S. de M. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008.

capítulo 6

Formação Pedagógica e Política de Educadores e Articuladores –

A experiência do Projeto Piloto e Rede da Juventude

por Vanessa Cristina Dias de Souza



Introdução

Em 2014 e 2015, o *Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) Juventude: uma Política em Construção*, vem estudando, pesquisando, refletindo sobre formas e metodologias para mobilizar e articular as várias juventudes, especificamente do município de Campinas, propiciando a elas a possibilidade de apropriação e empoderamento como um caminho para que os nossos jovens sejam sujeitos sociais.

É importante evidenciar que a utilização do termo *juventudes*, no plural, é feita com base nas reflexões do professor Juarez Dayrell (2003), conforme excerto:

(...) os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes (DAYRELL, 2003, p.42).

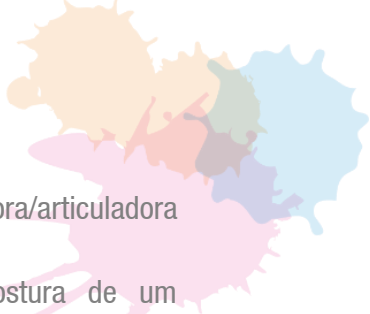
No mesmo sentido, o conceito de sujeito social, já discutido por vários autores da sociologia e também organizado pelo mesmo autor acima referenciado, expõe a seguinte reflexão:

(...) sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. (...) o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere.” (Charlot, 2000 *apud* Dayrell, 2003, p.42 e 43).

A necessidade do GTI de aprender e entender tais metodologias surgiu a partir de uma problemática enfrentada no município de Campinas: os jovens de 15 a 24 anos de idade evadem das organizações em que estão sendo atendidos pela política municipal da Assistência Social, mais especificamente pela tipificação Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Diante disso, o GTI chegou a algumas indagações: 1) por que estes jovens evadem do serviço? 2) onde estão estes jovens, se não estão sendo atendidos pela política? 3) o que pode mobilizar estes jovens a participar mais na sociedade? 4) o que se pode fazer para que estes jovens sejam sujeitos sociais?

Com estes questionamentos, inicialmente organiza-se o “PERGUNTAÇÃO”, uma pesquisa de opinião realizada por meio de entrevistas de jovem para jovem. Foram 306 jovens participantes do processo. Por meio dele, percebeu-se a ausência de espaços nos quais pudessem desenvolver projetos e ainda ampliar a sua visão e conhecimento em relação à sua comunidade e cidade, além de buscarem trocas entre pares.

A partir disso, nasceu o Projeto Piloto, com o objetivo de realizar o assessoramento de organizações que pudessem por em prática as orientações construídas pelo GTI para o atendimento das Juventudes e sistematizar a experiência. Também surgiu a ideia de fomentar um espaço no qual os próprios jovens se articulem entre si, se reconheçam, criem laços de uma forma mais dinâmica e autônoma, sendo assim criada a Rede de Juventudes. Os estudos e pesquisas aconteceram com base



na atuação, reflexão e sistematização de uma consultora⁹, que atuou como educadora/articuladora destas duas frentes: Projeto Piloto e Rede de Juventudes.

Este trabalho prático fez emergir uma profunda reflexão sobre a postura de um educador/articulador para as juventudes. Observou-se e identificou-se vários pontos fundamentais para que o trabalho com os jovens seja efetivo e transformador de fato, e não apenas uma forma de atingir metas e buscar recursos junto ao Poder Público. Há o desejo de que este material se torne um apoio ao trabalho do educador/articulador com os jovens, podendo ser reconstruído, refeito, (re)experenciado, re-editado, rediscutido, reinventado, a partir das novas experiências de cada educador/articulador.

Com certeza, as vivências no desenvolvimento do Projeto Piloto e na articulação da Rede de Juventudes não trouxeram todas as respostas, pois o ser humano está em constante transformação. Entretanto, o que se fará nos próximos itens é compartilhar um pouco das ações e seus resultados, bem como as referências teóricas que apoiaram a prática com as juventudes.

Objetivo geral:

Contribuir com a formação pedagógica e política do educador/articulador de juventudes potencializando sua ação mobilizadora e impulsionando o empoderamento dos jovens de 15 a 24 anos dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e em outras políticas e coletivos no município de Campinas.

Objetivos específicos:

1. Compartilhar brevemente as experiências realizadas nas organizações contempladas com o assessoramento do Projeto Piloto e na mobilização da Rede de Juventudes.
2. Sistematizar algumas recomendações, a partir das vivências dos grupos das organizações do Projeto Piloto e Rede de Juventudes.
3. Promover reflexões acerca do trabalho do educador/articulador enquanto agente mobilizador das várias juventudes.
4. Potencializar o trabalho do educador/articulador por meio das estratégias e metodologias sistematizadas com base no Projeto Piloto e Rede de Juventudes.

Leis e Convenções

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Estatuto da Juventude

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução 109, de 11/11/2009)

Aprendizagem Profissional (lei nº 10.097)

Grêmios Estudantis (lei 7.398/85)

⁹ A consultora é Vanessa Cristina Dias de Souza, licenciada em Pedagogia. Atua no programa *Juventude: Uma política em construção* desde 2014, representando a Comunidade Jongo Dito Ribeiro e a Casa de Cultura Fazenda Roseira, onde é uma das lideranças de mobilização da Juventude Negra.



Juventude de Campinas - Análise de dados

Serão compartilhadas aqui as experimentações realizadas no desenvolvimento do Projeto Piloto e na articulação da Rede de Juventudes. Ambas iniciaram em 2014 e delas surgiram várias respostas para várias perguntas, mas também várias novas indagações para o trabalho e mobilização com as juventudes. A experiência dos Projetos Piloto será apresentada primeiramente trazendo brevemente um pouco de cada organização e os resultados de cada grupo. Em seguida apresentar-se-á um breve relato sobre como aconteceram e acontecem os processos com a Rede de Juventudes.

Projeto Piloto

As experiências do Projeto Piloto a serem relatadas aqui aconteceram em organizações de várias regiões do município de Campinas. A escolha das organizações foi realizada com base nas discussões do Grupo de Trabalho Interinstitucional, a partir do trabalho realizado por essas e o interesse delas em receber o assessoramento. O assessoramento aconteceu por meio do estudo e prática das metodologias com as juventudes e também pela oferta de recurso financeiro mensal¹⁰ para a implementação dos projetos e atividades, visto que uma das análises iniciais era que o recurso repassado pelo poder público não era suficiente para uma atividade de qualidade e que atendesse a real demanda da juventude.


As primeiras experiências aconteceram no período de outubro a dezembro de 2014, com duas organizações:

- Centro de Promoção para um Mundo Melhor (CEPROMM), localizado no Jardim Itatinga, um bairro com a maior zona de prostituição da América Latina. Esta organização atende filhas e filhos das mulheres que estão em situação de prostituição, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- e Ação Forte, localizada na Vila Boa Vista, um bairro com um dos maiores índices de tráfico de drogas do município. Esta organização atende os jovens da comunidade do entorno, no formato do SCFV, e tem como principal objetivo prepará-los para a inserção no mundo do trabalho.

No período de julho a novembro de 2015, o Projeto Piloto contemplou 05 organizações:

- Ensino Social Profissionalizante (ESPRO), localizado na Vila Itapura, que atende jovens de várias regiões do município para aprendizagem profissional;
- Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA), localizada no Parque Itália, que atende jovens de vários bairros de Campinas para aprendizagem profissional e no SCFV;
- Grêmio Estudantil Edson Luís, na Escola Estadual Newton Pimenta Neves, localizada na Vila Aeroporto, que atende do Ensino Fundamental I ao Ensino Médio;
- Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência (SETA), localizada no bairro São Bernardo, que atende jovens de várias regiões de Campinas que estão em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida;

¹⁰ A Fundação FEAC, por meio de um protocolo de intenções com as organizações, realizou o repasse financeiro para que os projetos e atividades pudessem ser implementados.

- 
- Casa de Cultura Fazenda Roseira, localizada no Residencial Parque da Fazenda, que não tem um atendimento como nas outras organizações, mas tem em seu coletivo gestor jovens militantes da cultura negra em Campinas.

Estas organizações foram escolhidas, como citado anteriormente, pelo interesse e disponibilidade de cada uma em receber o assessoramento e principalmente pela distinção do trabalho que desenvolvem em Campinas. São organizações que têm representação no Grupo de Trabalho Interinstitucional e que vêm contribuindo para as reflexões e construção de metodologias no atendimento e mobilização das juventudes.

Caracterização das organizações, turmas e atividades

Centro de Promoção de um Mundo Melhor (CEPROMM)

O assessoramento foi realizado com duas turmas de SCFV com foco no mundo do trabalho – Núcleo 3, em 10 encontros no período de outubro a dezembro de 2014. Seguem as turmas:

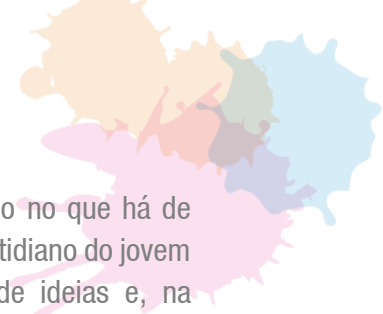
- turma da manhã, composta por 22 educandas e educandos, com idade entre 14 e 17 anos, moradores dos bairros Jardim Itatinga, Cidade Singer, Jardim Marisa, Jardim Telesp, DIC V, Jardim Maria Rosa e Nova Mercedes;
- turma da tarde, composta por 24 educandas e educandos, com idade entre 14 e 17 anos, moradores dos bairros Jardim Itatinga, Jardim Telesp, Jardim Santo Antônio, Nova Bandeirantes, San Diego, Parque São Paulo, Maria Rosa, Swiss Park, Campo Belo, Cidade Singer e DIC V.

As duas turmas tinham um educador referência, o qual atuava na organização há mais de dois anos. Elas desenvolviam atividades de cidadania em sala de aula nas segundas e quartas-feiras e, às sextas-feiras, o encontro era destinado à prática de algum tipo de esporte que a organização oferece. Ambas as turmas tinham cerca de quatro horas de vivência para que pudessem fazer a rotina do dia, como café da manhã, almoço, higiene pessoal e outros, e as atividades em grupo na sala de aula. Ou seja, para o desenvolvimento das atividades do projeto piloto havia, em média, duas horas. Em dia de visita a outros espaços, este tempo ampliava-se para um maior aproveitamento. Como a turma foi iniciada no período da implementação do Projeto Piloto, a atuação da consultora junto a estas turmas foi mais intensa, ou seja, ela pôde se apresentar não somente como observadora das ações, mas como educadora/articuladora das turmas em parceira com o educador referência.

O que “rolou” no CEPROMM?

Nos primeiros contatos com as turmas do CEPROMM, a preocupação era sempre a de fazer com que os jovens se sentissem importantes para o processo de estudo e de construção de políticas públicas para as juventudes. O projeto e sua finalidade foram apresentados tomando-se o cuidado em reforçar os seguintes pontos:

- importância de cada um do grupo para um projeto maior de construção de políticas públicas para juventude;
- decisões coletivas e processos democráticos;
- produzir atividades como laboratório de reflexões sobre o cotidiano da juventude;
- importância na descrição dos debates em sala de aula - confiança no grupo;
- ampliação da visão de mundo - visitas a outros espaços ampliando o mundo do trabalho.



Deste último item, o grupo caminhou para a escolha dos espaços pensando no que há de importante para o conhecimento e reflexão do grupo sobre o mundo do trabalho e o cotidiano do jovem no município de Campinas. Foram sugeridos espaços como numa tempestade de ideias e, na sequência, houve a escolha, por votação, de 3 espaços. Assim, iniciaram-se as visitas.

A turma da manhã visitou a Casa de Cultura Tainã, a Casa de Cultura Fazenda Roseira e a empresa de computadores e tecnologias Dell. A turma da tarde visitou a Estação Cultura, a Casa de Cultura Tainã e a empresa de computadores e tecnologias Dell. A cada visita realizada discutia-se sobre as possibilidades encontradas nos espaços relacionadas ao mundo do trabalho. Além disso, os jovens ampliaram a visão de mundo, pois não sabiam da existência de alguns dos lugares visitados e muito menos das políticas existentes para subsidiar as Casas de Cultura, por exemplo. Os jovens também compartilharam suas ideias no Blog que criaram e na fanpage do Facebook.

As ações realizadas pelas turmas do CEPROMM resumem-se nos seguintes pontos:

- Decisões coletivas por votação (na ausência de consenso) e planejamento coletivo de visitas.
- Criação coletiva de espaços virtuais para compartilhamento das atividades.
- Visitas a espaços a fim de ampliar a compreensão sobre o mundo do trabalho.
- Investigação acerca de campos de trabalho e possibilidades profissionais encontradas nas visitas.
- Reflexões sobre os diferentes tipos de trabalho.
- Reflexões sobre a juventude na sociedade hoje e a ausência de políticas públicas para vários setores.
- Reflexões sobre a ausência de acesso dos adolescentes e jovens à diversidade de espaços culturais, educacionais, de lazer e outros.

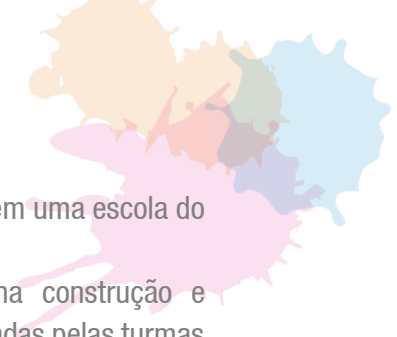
Para ver mais detalhes de cada atividade realizada, acesse:
<<http://vanessacultura.tumblr.com/tagged/ceprommanha>> e
<<http://vanessacultura.tumblr.com/tagged/ceprommtarde>>

Ação Forte

O assessoramento na Ação Forte foi realizado com uma turma de SCFV com foco na construção da cidadania e preparação para o mundo do trabalho, iniciada desde Março/2014, mas que compôs o Projeto Piloto em dez encontros, no período de outubro a dezembro de 2014. Participaram dezessete educandas e educandos com idade entre 14 e 15 anos, moradores dos bairros Vila Boa Vista, Parque Via Norte, Parque Boa Vista, Parque São Jorge, Parque Santa Bárbara, Vila Régio e Padre Anchieta. Os educadores referência foram dois, um deles trabalhava com as turmas às quintas-feiras e o outro, às sextas-feiras. Cada educador tinha o tempo de uma hora e meia para trabalhar com a turma em sala de aula. O acompanhamento desta turma ocorreu somente às quintas-feiras. Como esta turma já tinha uma trajetória realizada até a entrada ao Projeto Piloto, a atuação da consultora foi mais voltada para a observação, visto que o tempo disponível em sala de aula era curto e a turma estava com a responsabilidade de desenvolver uma ação na comunidade até novembro de 2014.

O que “rolou” na Ação Forte?

O grupo já estava na sistematização do projeto de ação, cujo tema foi escolhido mediante diagnóstico da comunidade e estudos. Escolheram o tema Meio Ambiente, que é umas das oito metas do Milênio, justificando o problema de falta d'água na cidade de Campinas. Sendo assim, organizaram



uma feira de meio ambiente, intitulada "Poluições e Soluções", a qual foi realizada em uma escola do bairro, que atendeu crianças em diferentes oficinas sobre a temática.

O grupo foi desenvolvendo-se no decorrer do processo, com base na construção e implementação de projetos, sempre com a orientação da educadora. As ações realizadas pelas turmas da Ação Forte resumem-se nos seguintes pontos:

- diagnóstico e mapeamento da comunidade;
- identificação de um problema;
- identificação de soluções;
- planejamento de ação - Feira Poluições & Soluções;
- captação de parcerias e recursos - Escola Estadual Professor Carlos Cristóvão Zink e FEAC;
- execução da ação;
- avaliação da ação;

Para ver mais detalhes de cada atividade realizada, acesse: <http://vanessacultura.tumblr.com/tagged/acaoforte>

Ensino Social Profissionalizante (ESPRO)

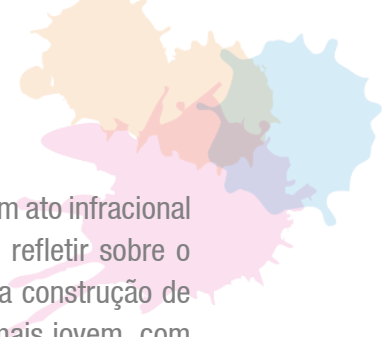
No ESPRO, o assessoramento foi realizado em uma turma com 21 jovens atendidos pela política da Aprendizagem Profissional, com idade entre 16 e 19 anos, em treze encontros no período de julho a novembro de 2015. Os jovens eram moradores de vários bairros de Campinas: São Marcos, Campo Belo, DICs, Satélite Íris, Jardim Florence, Maria Rosa, Jardim Campos Elíseos. A educadora referência dividia o acompanhamento da turma com outra educadora em dias diferentes da semana. Os encontros aconteciam quinzenalmente por conta das atividades que o ESPRO desenvolve com os jovens e que estão atreladas a contrato de trabalho com empresas que recebem os aprendizes (contrato regulamentado pela legislação da aprendizagem profissional). A turma toda não conseguia estar presente em todas as atividades, fazendo com que treze jovens tivessem frequência mensal e outros oito jovens, frequência quinzenal, sempre às quintas-feiras. Buscou-se várias formas de ter o grupo todo em todas as atividades, mas não foi possível. A atuação da consultora neste projeto piloto foi de parceria com a educadora referência, inclusive os planejamentos e avaliação das aulas eram realizados pela educadora referência e a consultora, sempre após cada atividade.

O que “rolou” no ESPRO?

As atividades iniciaram-se e, nos primeiros três encontros, a turma esteve bem tímida. As educadoras planejaram atividades com o intuito de promover um espaço para a manifestação dos jovens. No entanto, aconteceram poucas expressões da turma durante as atividades. Ainda no terceiro dia, o plano era conversar com eles sobre quais temas gostariam de aprofundar. Depois de uma longa conversa tentando fazê-los confiar naquele espaço em construção, o debate começou e os temas escolhidos foram:

1. Estatuto da Juventude, porque queriam saber mais sobre os direitos dos Jovens.
2. Diversidade, porque se preocupam muito com a questão do preconceito.
3. Aprendizagem profissional, porque passam por algumas situações nas empresas em que trabalham que consideram contribuir pouco para o aprendizado em relação ao mundo do trabalho.

Para aprofundar o primeiro tema, foi realizada uma visita ao Centro Cultural de Juventude (CCJ) Vila Cachoeirinha, um espaço constituído por meio da implementação da Política Pública de Juventude do município de São Paulo. A visita foi realizada em conjunto com três jovens do Piloto SETA e houve



muitas trocas entre eles, inclusive sobre a própria problemática dos jovens que cometem ato infracional e sobre os jovens inseridos no mercado de trabalho formal. Esta visita fez o grupo refletir sobre o próprio espaço do ESPRO, fazendo com que os jovens apontassem a necessidade da construção de um ambiente que lhes proporcionasse momentos de convivência, com uma “cara” mais jovem, com oficinas de artes, acesso à internet, acesso a leituras juvenis, entre outros. A partir disso, o grupo elaborou o projeto “Espaço Juventude” que consiste na organização de uma das salas do ESPRO com as características levantadas pelo grupo. Dessa forma, o diálogo entre gestão do ESPRO e jovens foi promovido e o projeto foi aprovado. O “Espaço Juventude” está em construção e deve ser inaugurado até março de 2016.

Como o primeiro tema desencadeou um projeto, o que tomou o tempo de várias atividades, o grupo poderia se aprofundar em somente mais um dos temas. Para tanto, escolheram a Aprendizagem Profissional, tema desenvolvido por meio de uma roda de conversa na qual os jovens do ESPRO receberam a visita do Piloto AEDHA e também da Dr^a Marcela Doria, que atua no Ministério Público do Trabalho de Campinas. Este encontro proporcionou aos jovens um momento de trocas, no qual sanaram muitas dúvidas em relação à Lei da Aprendizagem Profissional.

Diante disso, as ações dos jovens do ESPRO resumem-se nas seguintes etapas:

- Construção da relação de confiança com o grupo e as educadoras.
- Descoberta e reflexão sobre os problemas pertinentes ao grupo.
- Conhecimento sobre direitos das juventudes, por meio do estudo do Estatuto da Juventude.
- Visita a um espaço articulado por uma política de juventude.
- Reflexão sobre a realidade em que vivem e a realidade vista no CCJ Vila Cachoeirinha-São Paulo.
- Busca pela mudança da realidade, por meio da elaboração do projeto “Espaço Juventude”.
- Busca pela parceria e diálogo com a Gestão do ESPRO para a implementação do projeto.
- Concretização do projeto em parceria com a gestão do ESPRO.
- Estudo de um novo tema pertinente aos problemas das juventudes.

Para ver mais detalhes de cada atividade realizada, acesse: <http://juventudesnacidade.tumblr.com/tagged/ESPRO>

Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA)

Na AEDHA¹¹ o grupo foi formado por 15 jovens, com idade entre 16 e 17 anos, também atendidos pelo programa de Aprendizagem Profissional, no período de agosto a novembro de 2015, em 13 encontros. São moradores dos bairros Padre Anchieta, Jardim Planalto, Ponte Preta, San Diego, Jardim das Bandeiras, Satélite Íris, Cidade Singer, Campo Belo e São José. A educadora referência da organização e a consultora estabeleceram uma parceria de planejamento de atividades, elaborado sempre após os encontros com os jovens. Este grupo participava das atividades na organização somente às quartas-feiras; nos demais dias da semana trabalhavam nas empresas que os contrataram como aprendizes.

¹¹ Esta organização também é conhecida no município de Campinas como “Guardinha”.

O que “rolou” na AEDHA?

A turma se mostrou bem ativa desde o início dos encontros. Nos dois primeiros dias, foi possível identificar em quais temas a turma gostaria de se aprofundar. Foram eles:

- 1) Drogas
- 2) Abordagem policial
- 3) Preconceito no trabalho do aprendiz
- 4) Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs
- 5) Preconceito racial


Cada tema tinha um grupo responsável, que elaborou questões investigativas e sugestões de espaços para visitas, visto que uma das sugestões do grupo era de que as atividades fossem realizadas fora do espaço da AEDHA.

O primeiro tema foi aprofundado em três etapas:

- 1) Estudo sobre o uso de drogas e possíveis espaços de visita: o grupo dos jovens responsáveis pelo tema fizeram uma pesquisa sobre possíveis espaços de visitas para aprenderem mais sobre o uso e o efeito das drogas. As educadoras tomaram o cuidado em fazer com que os próprios jovens se responsabilizassem por todas as ações. A organização que o grupo sugeriu não pôde atendê-los, e o Instituto Padre Haroldo foi a outra opção viabilizada pela articulação da consultora.
- 2) Visita ao Instituto Padre Haroldo: a visita foi muito relevante para o grupo, pois os jovens foram recebidos por um profissional e por um colaborador/atendido e pela comunidade terapêutica. Foi feita uma roda de conversa na qual os jovens puderam saber não só sobre a organização, mas também sobre os problemas causados pelo uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas.
- 3) Posteriormente a esta visita, os jovens organizaram uma exposição de conscientização sobre o uso de álcool e outras drogas na AEDHA. A partir do que vivenciaram na visita, promoveram uma exposição com fotos e com reflexões sobre as causas e consequências do uso abusivo de drogas.

Para chegar à proposta da exposição de fotos, o grupo pensou em várias possibilidades, mas que não deram certo. Quase desistiram, em função do fracasso das possibilidades anteriores que os deixaram frustrados. Mas as educadoras sempre expuseram à turma a importância em dividir o que aprenderam com os outros jovens que não puderam estar nesse grupo. Depois de muitas hipóteses levantadas, começaram a pensar na organização da exposição, que recebeu o nome de “Universo Paralelo”. Depois disso, o desafio enfrentado pelos jovens foi a organização referente às responsabilidades das tarefas e prazos para realização da exposição. Esta ação foi adiada várias vezes, visto que sempre faltava algo que alguém havia esquecido ou deixado de trazer ou de fazer. A exposição ocorreu no mês de novembro, no dia em que realmente todas e todos do grupo fizeram as tarefas necessárias para a montagem da exposição. Foi um sucesso! Apresentaram as fotos e as ideias a todas as turmas da AEDHA. Todos gostaram do resultado. As educadoras os ajudaram oferecendo suporte quando necessário.

O outro tema estudado pelo grupo foi abordagem policial. A escolha do tema foi pelo fato das juventudes entenderem que sofrem muito com a abordagem feita pela Polícia Militar, principalmente se a abordagem for a negros e pobres. Diante disso, o grupo teve a ideia, inicialmente, de promover uma roda de conversa com algum policial e, conforme o amadurecimento do grupo por meio das reflexões, chegou-se à conclusão de que um debate como esse não deveria estar somente ao alcance



de poucos jovens. Portanto, foi organizado um debate público com o tema: “Segurança Pública e abordagem policial em Campinas”, que contou com a presença de um conselheiro tutelar, uma advogada militante e especialista na área de Direitos Humanos, um representante da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública de Campinas, uma guarda municipal e um membro da Polícia Militar. Para organizar e participar do debate, as educadoras trabalharam com o grupo a importância em estudar não só os dados, mas também a legislação que ampara as juventudes nos casos de violência e/ou abusos de poder dos policiais. Por conta disso, os jovens do Piloto AEDHA e os que foram para assistir ao debate tiveram uma participação surpreendente, pois houve momentos muito emocionantes ao longo da programação, porém sempre orientados, com muito respeito por parte das juventudes presentes. Os jovens organizadores trouxeram para o debate importantes argumentos que qualificaram seus pensamentos e, em muitos momentos, deixaram os membros da mesa sem argumentos relevantes sobre as situações vivenciadas pela juventude.

Nos encontros posteriores ao debate, o grupo desanimou. Ao contrário do que se esperava, devido ao tamanho sucesso do debate, o grupo teve uma reação de desânimo por dois motivos:

- O grupo não percebeu a relevância e a importância que o debate trouxe para os jovens e ao município de Campinas.
- Os contratos de alguns jovens com as empresas encerraram-se. Estes jovens, ao entrar na AEDHA, assinam um contrato de trabalho com base na lei da Aprendizagem Profissional, a qual pressupõe que tenham uma carga horária de atividades práticas na empresa e uma carga de atividades teóricas na organização formadora. O contrato de alguns jovens que compunham o grupo piloto terminou logo após a realização do debate, fazendo com que parte do grupo não comparecesse mais às atividades, mesmo que a organização tenha deixado à escolha de cada jovem a permanência ou não até o fim do projeto.


As educadoras tomaram o cuidado de valorizar a construção e desenvolvimento dos jovens no debate, a fim de estimular a auto estima nos próprios jovens. Além disso, foi necessário conversar com o grupo sobre a continuidade dos encontros, visto que estavam desanimados. Foi necessário esclarecer que a responsabilidade e a decisão da continuidade do grupo era totalmente dos jovens. Conversaram entre si e decidiram que valia a pena continuar, uma vez que, neste momento, a exposição “Universo Paralelo” ainda não havia acontecido e ainda havia temas a serem aprofundados.

Diante disso, realizaram a exposição, como citado anteriormente, e escolheram um último tema, pois não seria possível estudar todos. O projeto chegava ao fim e não restava muito tempo para o estudo de todos os temas inicialmente propostos. Sendo assim, o último tema escolhido foi a Lei da Aprendizagem Profissional.

Jovens do grupo tinham algumas reclamações sobre o preconceito que enfrentavam nas empresas por serem jovens aprendizes. O grupo então, teve a ideia de visitar uma outra organização que também atendesse jovens que buscam o mercado de trabalho. A organização visitada foi o ESPRO. Nesta visita, também foi possível convidar a Dr^a Marcela Doria, que atua no Ministério Público do Trabalho, especialmente com casos referentes à Aprendizagem Profissional. Conforme já relatado no texto do Piloto ESPRO, a visita foi de trocas intensas e os jovens puderam sanar muitas dúvidas sobre o tema.

Resumindo: as etapas das vivências deste projeto piloto se deram da seguinte maneira:

- Problematização da realidade das juventudes do município de Campinas.
- Identificação dos temas a serem aprofundados a partir da problematização.

- 
- Responsabilização do grupo pelas tomadas de decisões, pela realização das tarefas e pela implementação das ações.
 - Organização do estudo de cada tema.
 - Estudo aprofundado por meio da visita em espaço especializado e debate com sujeitos envolvidos na problemática.
 - Compartilhamento dos aprendizados com outros jovens por meio da realização da Exposição de Fotografias e do Debate Público.
 - Responsabilização do grupo pela continuidade ou não do Projeto Piloto.

Para ver mais detalhes de cada atividade realizada, acesse: <http://juventudesnacidade.tumblr.com/tagged/Guardinha>

Grêmio Estudantil Edson Luíz – Escola Estadual Newton Pimenta Neves


O formato desse assessoramento foi um pouco diferenciado, pois o trabalho foi realizado a partir das demandas e projetos que a diretoria do grêmio tinha para o ano. Ao longo dos meses de julho a novembro, aconteceram 6 reuniões de trabalho e uma formação em rede com a Escola Estadual Orlando Signorelli sobre o papel dos grêmios estudantis. Além dessas reuniões presenciais, a assessoria era realizada à distância por meio das redes sociais. Nas reuniões, a frequência dos jovens variava entre três e dez pessoas, mas sempre se encontravam presentes o presidente, o vice-presidente, algum outro membro da diretoria do grêmio e o professor responsável por acompanhar o grêmio. A idade destes jovens era de 14 a 17 anos, moradores dos bairros do entorno na região sudoeste da cidade, conhecida como região dos DICs (Distrito Industrial de Campinas). As atividades aconteciam em formato de reuniões de trabalho ora semanal, ora quinzenal ou até mesmo uma vez ao mês, pois em alguns momentos o coletivo não conseguia estar presente por desenvolverem outras atividades externas à escola. Os encontros ocorriam às terças-feiras à tarde. O trabalho da consultora neste piloto foi realizado por meio de orientação e articulação dos projetos que já estavam sendo planejados para implementação no ano de 2015, além da formação sobre o papel dos grêmios estudantis na escola e na sociedade.

O que “rolou” no Grêmio Estudantil Edson Luíz – Escola Estadual Newton Pimenta Neves?

No início, a diretoria do grêmio havia organizado uma cartela com 11 projetos para implementação em 2015. Em reunião, debateu-se sobre a importância em rever os objetivos dos projetos de acordo com os objetivos de um grêmio estudantil. Isso foi necessário, pois um dos projetos, por exemplo, tinha como finalidade resolver um problema que seria de responsabilidade da área pedagógica da escola. Diante disso, o grêmio desenvolveu as seguintes ações:

1. Sistematização de alguns projetos: para que o grêmio construísse um bom relacionamento com a gestão da escola, uma vez que os membros do grêmio afirmavam ter dificuldades na aprovação dos projetos pelos coordenadores. Era, portanto, necessário fazê-los sistematizar cada ação para facilitar o diálogo com os gestores.

2. Articulação e formação com o grêmio estudantil da Escola Estadual Orlando Signorelli: uma demanda levantada pelos jovens das duas escolas foi a de fomentarem uma rede entre os grêmios. Além disso, aproveitou-se o momento para o esclarecimento sobre quais atribuições são da gestão escolar e quais são de um grêmio estudantil.



3. Projeto Concurso Literário: um projeto todo organizado pelo grêmio e que envolveu professores e alunos da escola. Os vencedores em 3º, 2º e 1º lugar ganharam vale presentes da Livraria Cultura, custeados com recursos financeiros do projeto piloto.

4. Gincana com as crianças do Ensino Fundamental I: para que pudessem mobilizar as crianças que estudam no período da tarde no Ensino Fundamental I, foi realizada uma gincana, com a finalidade de fazer com que elas conhecessem a gestão do grêmio, já que os pequenos ainda não têm compreensão sobre a importância dos grêmios estudantis e sua representação na escola.

5. Projeto Interclasses: uma atividade de jogos esportivos entre as turmas da escola, realizada próximo ao fim do horário letivo, no mês de dezembro. O recurso mensal foi fundamental para a compra dos materiais esportivos e das medalhas aos participantes.

6. Visita ao Centro Cultural da Juventude Vila Cachoeirinha: os jovens ficaram curiosos em conhecer o local, visto que a SETA e o ESPRO já tinham realizado uma visita muito comentada. A última atividade do projeto foi a ida a este Centro, na cidade de São Paulo.

Diante disso, é possível observar os seguintes passos:

- conhecimento da realidade do grêmio e sua relação com a gestão da escola;
- conhecimento sobre o papel dos grêmios estudantis;
- formação de rede com o grêmio da escola vizinha;
- sistematização dos projetos;
- diálogo com a gestão da escola;
- implementação dos projetos planejados.


Para ver mais detalhes de cada atividade realizada, acesse: <http://juventudesnacidade.tumblr.com/tagged/NewtonPimenta>

Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência (SETA) –

O grupo que se formou para este piloto, inicialmente, foi bem variado. São jovens que estão cumprindo medida socioeducativa, com idade entre 15 e 17 anos, moradores dos bairros Campo Belo, São Marcos, São Domingos, Campos Elíseos e Jardim Florence. O número de participantes variava entre dois a 16, em cada atividade coletiva semanal com os orientadores de medida e a consultora, que os acompanhava quinzenalmente. Vale ressaltar que a medida socioeducativa em meio aberto é uma sanção determinada pelo juiz da Vara da Infância e Juventude e que esses jovens são obrigados a cumprir, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Caso não cumpram, são privados de liberdade. Neste dia, além das atividades do projeto piloto, esses jovens também passavam pelo atendimento psicossocial individual.

O que “rolou” na SETA?

O desenvolvimento das atividades na SETA exigiu dos orientadores e da consultora uma energia um pouco maior, pois os primeiros dias revelaram o quanto estes jovens não se expunham diante do grupo e tinham dificuldades em se expressar. Um dos motivos é que, como estão cumprindo uma medida socioeducativa, estiveram neste piloto não por escolha, mas por terem cometido um ato infracional. Este fato representou um dos maiores desafios para esta atividade. Mas, conforme os temas iam surgindo nas rodas de conversa, os orientadores se preocupavam sempre em aprofundar propondo uma atividade diferenciada, ou seja, diferentemente dos outros pilotos, a escolha dos temas iam se dando nas rodas de conversa, a partir daquilo que os orientadores e a consultora coletavam de



informações e percepções. A partir das rodas, realizava-se o planejamento com alguma atividade ou visita a espaços relacionados aos assuntos debatidos. Assim, as principais atividades aconteceram da seguinte maneira:

1. Visita ao Planetário – dia 27 de agosto de 2015: foi a primeira atividade externa com a participação de sete jovens. A condução da atividade ficou na responsabilidade dos orientadores. A sessão aconteceu exclusivamente para o grupo. Depois da sessão, fizeram um lanche e foram estimulados a iniciar algum debate. Superficialmente fizeram observações sobre o espaço, que é interessante, principalmente por ser público, mas destacaram que a localização é muito distante dos bairros nos quais residem. Um dos jovens chegou a comentar que parte do que viu na sessão foi matéria vista em sala de aula, na mesma semana. Mesmo a consultora tendo participado de dois encontros com os jovens, eles ainda não se sentiam à vontade com a presença dela, deixando que os orientadores tomassem conta de todo o processo.

2. Visita ao CCJ Vila Cachoeirinha/SP – dia 10 de setembro de 2015: participaram apenas três jovens. Esta atividade ocorreu em conjunto com o ESPRO e foi muito positiva, pois além da ampliação de visão de mundo, puderam trocar experiências com jovens de outro projeto piloto.

3. Visita ao Estádio Moisés Lucarelli - Ponte Preta – dia 1º de outubro de 2015: na atividade da semana anterior os orientadores já haviam conversado bastante sobre futebol com os jovens e não só sobre as questões de preferências de time, mas também sobre os salários desiguais, a influência da mídia de massa, as brigas das torcidas organizadas, o mundo do trabalho nesses espaços, entre outros. A visita no estádio foi realizada para que pudessem conhecer e aprofundar um pouco mais na discussão realizada anteriormente. Os jovens gostaram da visita e puderam rapidamente conhecer e conversar com um dos jogadores que trouxe um testemunho de vida muito parecido com o deles: de ter cometido algum ato infracional e depois ter tido a oportunidade de ser tornar jogador de futebol profissional. Estiveram presentes nesta atividade dez jovens.


4. Visita à Praça Dom Bosco/Bairro Vida Nova – 22 de outubro de 2015: na semana anterior a este passeio, o grupo discutiu sobre o movimento contra a redução da maioridade penal e o símbolo da pipa (foi realizada uma oficina de pipas na qual os orientadores e a consultora puderam trocar mais conhecimento e construir uma relação mais próxima com os jovens). A ida à praça tinha o objetivo de fazer soltar as pipas feitas na semana anterior. Infelizmente, devido ao mau tempo só foi possível fazer um lanche. Esta atividade contou com a presença de sete jovens.

5. Participação da Conferência Livre de Juventude – 29 de outubro de 2015: os oito jovens que participaram desta atividade participaram também dos grupos de discussão e puderam trocar experiências com os jovens dos outros projetos. Essa conferência foi realizada no projeto piloto da Fazenda Roseira, em parceria com a Rede de Juventudes. O foco foi educação e cultura.

6. Filme debate na FEAC – 10 de novembro de 2015: estiveram presentes nesta atividade 14 jovens, acompanhados pelos orientadores de medida. O filme exibido foi “Besouro – Nasce um herói”, que provocou os jovens a discutirem sobre religiosidade, escravidão, preconceito racial, desigualdade social e a capoeira como forma de resistência. Na semana seguinte, também assistiram a um outro filme que tem como debate a violência policial e as desigualdades.

7. Oficina de Lambe¹² – 24 de novembro de 2015: este encontro objetivou realizar um movimento de avaliação sobre as atividades desenvolvidas no mês de novembro para observar se

¹² É uma técnica alternativa de colagem de cartazes de papel jornal utilizada por muitos coletivos e movimentos sociais.



todos haviam compreendido os filmes e quais as reflexões que eles podem construir. O retorno fornecido pelo orientador de medida sobre essa atividade destacou que eles construíram cartazes com mensagens contra o preconceito racial e contra a violência policial que foram afixados nos pontos de ônibus da avenida próxima à SETA.

Resumo das etapas vivenciadas na SETA:

- Conversas iniciais para diagnóstico sobre o grupo, suas percepções e interesses.
- Construção de uma relação de confiança entre orientadores, consultora e jovens.
- Visitas e atividades realizadas de acordo com os interesses dos jovens destacados e refletidos nas rodas de conversa.
- Problematização dos temas emergentes.
- Ampliação da visão de mundo e do repertório cultural.

Para ver mais detalhes de cada atividade realizada, acesse: <http://juventudesnacidade.tumblr.com/tagged/SETA>

Comunidade Jongo Dito Ribeiro/Casa de Cultura Fazenda Roseira

Esta é uma organização na qual o assessoramento foi diferenciado, pois a Comunidade Jongo Dito Ribeiro é responsável pela gestão da Casa de Cultura Fazenda Roseira, um espaço de Cultura Afro-brasileira. A Comunidade Jongo Dito Ribeiro é um coletivo que salvaguarda o Jongo, uma manifestação ancestral registrada como Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil e do município de Campinas. Este coletivo tem a articulação realizada também por jovens, de forma diferenciada das demais organizações já citadas, pois está vinculada à política de cultura e prima pela convivência entre as gerações. As atividades realizadas neste piloto eram mensais, promovidas no período de agosto a dezembro de 2015, e proporcionavam às outras organizações piloto um encontro entre os jovens estimulando a articulação e a troca de experiências.

O que “rolou” na Comunidade Jongo Dito Ribeiro/Casa de Cultura Fazenda Roseira?

As atividades realizadas na Roseira, na maioria das vezes, contaram com um grande público jovem, visto que estavam envolvidos a Rede de Juventudes e os outros projetos pilotos. As atividades realizadas foram:

1. Dia Internacional da Juventude – Dia 12 de agosto de 2015: neste encontro reuniram-se todos os projetos, Rede de Juventudes, organizações do GTI e demais juventudes, na busca de promover algumas reflexões sobre o dia internacional da juventude e fazer com que os jovens trocassem ideias, se conhecessem e se informassem melhor sobre o programa “Juventude: uma Política em Construção”. Estiveram presentes cerca de 200 jovens, que conheceram o espaço e puderam também ter contato com uma referência de cultura afro no município de Campinas.

2. CineMirongas da Juventude de Terreiro RMC – Dia 30 de setembro de 2015: um cineclubes realizado pela Juventude de Terreiro RMC que contou com a participação da Rede de Juventudes. Os vídeos apresentados traziam a temática da intolerância religiosa e da mobilização da Juventude da Rede de Salvaguarda do Jongo. Depois da projeção dos filmes, o debate seguiu refletindo sobre o papel do jovem em tempos de intolerância. Esta atividade contou com a presença de 10 jovens.

3. Fórum Estadual da Juventude Negra (FOJUNE) – Dias 17 e 18 de outubro de 2015: foram dois dias de oficinas e debates sobre a mobilização da Juventude Negra no estado de São Paulo. A atividade contou com a participação de cerca de 30 jovens e dos coordenadores de juventude do



município, do estado e com o coordenador da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial de Campinas. A Rede de Juventudes esteve representada na atividade.

4. Conferência Livre de Juventude – Dia 29 de outubro de 2015: em parceria com a Rede de Juventudes, a Conferência Livre foi realizada com o tema: Acesso à Cultura e à Educação. A Casa recebeu nesta atividade cerca de 80 jovens que se dividiram em grupos bem dinâmicos para elaboração de propostas para a 3ª Conferência Nacional de Juventude.

5. Atividade da Semana do Rap em Trânsito – Dia 15 de novembro de 2015: esta atividade foi realizada com parceiros da Família MLK e do Coletivo Crespas e Cacheadas. Foi um dia de debates, oficinas e muitas trocas sobre a cultura Hip Hop.

6. Encerramento dos Projetos Pilotos – Dia 02 de dezembro de 2015: foi uma atividade voltada para os jovens que participaram dos Pilotos de 2015, na qual estiveram presentes cerca de 50 jovens representantes de cada organização piloto. Esta atividade foi realizada em parceria com a Rede de Juventudes, a qual organizou toda a dinâmica de troca de experiências entre os jovens.

Diante destas ações, é possível perceber as seguintes etapas:

- Articulação das atividades em parceria com a Rede de Juventudes.
- Planejamento sistematizado das atividades de juventudes.
- Potencialização das reflexões e ações de juventudes na Casa.
- Ampliação das parcerias em relação às juventudes.
- Maior empoderamento das juventudes da Comunidade Jongo Dito Ribeiro.

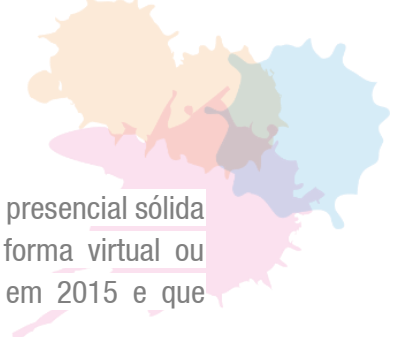
Para ver mais detalhes de cada atividade realizada, acesse: <http://juventudesnacidade.tumblr.com/tagged/FazendaRoseira>

Rede de Juventudes

A Rede de Juventudes, no ano de 2015, alcançou muitos avanços. O fato deste coletivo poder contar com o trabalho de uma educadora/articuladora para a formação e mobilização dos jovens foi muito relevante, pois possibilitou que a Rede, embora ainda pequena em número de jovens, criasse um vínculo entre eles e uma base de mobilização.

Iniciou-se o ano com atividades planejadas e organizadas por uma comissão responsável por pensar sobre as ações que poderiam ser realizadas com a Rede de Juventudes. No início, a mobilização dos jovens para este espaço ocorria principalmente por meio das organizações que participam do GTI. Houve encontros com cerca de 40 jovens, um número significativo para um projeto ainda em desenvolvimento. Houve a tentativa de fazer um Planejamento da Rede de forma coletiva, mas as demandas surgiam e caminhavam para outras necessidades. Além disso, o número de participantes foi diminuindo ainda no primeiro semestre.

Como o objetivo sempre foi estimular que este espaço pudesse ser organizado e articulado pelos próprios jovens em um processo de construção de autonomia para compreensão das políticas públicas para juventude, a primeira ação fundamental para que a Rede de Juventudes iniciasse o seu caminhar de forma mais autônoma, foi a mudança na identidade visual do grupo, visto que este já havia apontado a falta de identidade com materiais criados anteriormente. Convidou-se um especialista em designer de comunicação para movimentos sociais, que desenvolveu uma oficina com os jovens da Rede para descobrir e trabalhar qual seria esta nova identidade visual. Depois de coletar toda a informação necessária, elaborou-se um cartaz que foi aprovado pelos jovens da Rede e permanece até hoje como peça principal da comunicação do coletivo.



A partir daí, a Rede de Juventudes vem sendo construída com a participação presencial sólida de 6 jovens, os quais dedicam-se efetivamente às ações do coletivo, seja de forma virtual ou presencial. A Rede de Juventudes reuniu-se semanalmente na Estação Cultura em 2015 e que participou ativamente nas seguintes ações:

1. Dia Internacional da Juventude, atividade realizada no dia 12 de agosto de 2015, na Casa de Cultura Fazenda Roseira - Parte dos jovens foram mestres de cerimônia e mediadores do debate sobre juventudes que ocorreu no evento, lembrando que reuniu cerca de 200 jovens das organizações que estão no Projeto Piloto deste ano e no GTI.

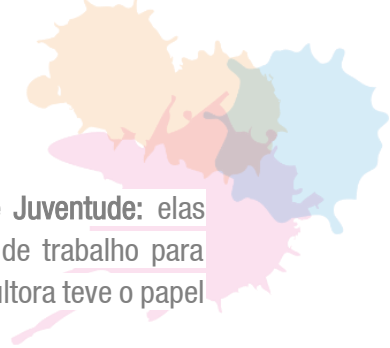
2. Captação de recursos para impressão de folder e cartaz de divulgação da Rede de Juventudes - esta ação foi realizada coletivamente, desde a confecção do ofício de solicitação à Fundação FEAC e Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência, até a reunião com o parceiro para apresentar a proposta. O parceiro que realizou a doação para a impressão foi a Fundação FEAC e todos os processos de solicitação foram realizados pelos jovens. O papel da educadora/articuladora neste processo foi somente de orientação e mediação, já que os jovens não tinham experiência em produção de ofício de solicitação, protocolos, agendamento de reuniões, entre outros.

3. Participação na Conferência Municipal, Regional e Estadual de Juventude – alguns jovens da Rede participaram da Conferência Municipal de Juventude de Campinas, nos dias 29 e 30 de agosto de 2015, dentro os quais 7 foram eleitos delegados para a etapa regional. Estes delegados foram para a Conferência Regional de Juventude da RMC, no dia 06 de Setembro de 2015, e para a Conferência Estadual de Juventude, nos dias 14 e 15 de novembro de 2015. Estas participações foram de grande aprendizado no que tange o debate das políticas públicas de Juventude nas diferentes esferas e entes federados.

4. Definições da identidade da Rede de Juventudes – com a chegada de uma jovem militante da Cultura Negra do município de Campinas, o grupo começa a ter uma nova cara. Desde o mês de agosto a Rede vinha sentindo a ausência dos demais jovens. Desde o mês de setembro, os jovens que já tinham presença em todos os encontros, ou que pelo menos acompanhavam virtualmente, realizaram uma breve sistematização sobre o que é a Rede de Juventudes. Além de sinalizarem a necessidade de se encontrarem semanalmente, o grupo apontou também a necessidade de haver mais dinamismo nos encontros e começaram a se apropriar de algumas ações e reflexões mais profundas no que se refere à temática da juventude. Outra necessidade que emerge neste momento é a da convivência, não somente para discussão ou intervenção política, mas para promoção de interação, no campo pessoal, entre os integrantes deste espaço.

5. Integração com outros jovens de outras organizações – o dia 1º de outubro, no SENAC, foi um dos dias da Semana de Desenvolvimento Social, na qual a Rede de Juventudes foi convidada a participar para compartilhar um pouco sobre suas ações e para a interação com jovens de outras organizações. As jovens que estão na base da Rede se prepararam para estar neste espaço, um momento importante de aprendizado, de ação e de fortalecimento do grupo. Elas se organizaram e realizaram a ação com muita responsabilidade e autonomia. A organização do SENAC elogiou a ação das jovens, pois foi de relevante troca com as outras juventudes que passaram pelo stand da Rede.

6. Participação no Debate Público de Segurança Pública e Abordagem Policial em Campinas – as jovens da Rede estiveram presentes nesta atividade, a qual foi organizada pelos jovens do Projeto Piloto da Guardinha. A Rede fez uma intervenção na atividade conversando sobre as necessidades dos jovens em discutir políticas públicas e de se mobilizarem, além de fazerem a divulgação das atividades distribuindo os panfletos de divulgação da Rede.



7. Planejamento, organização e desenvolvimento da Conferência Livre de Juventude: elas planejaram toda a dinâmica da Conferência Livre e ainda conduziram os grupos de trabalho para elaboração das propostas de cultura e educação. Nesta atividade, a educadora/consultora teve o papel somente de mediadora.

8. Participação no Encontro da Cidadania, promovido pela organização Minha Campinas: a intervenção realizada no evento foi pensada, organizada e apresentada pelas próprias jovens que contaram com o apoio de participantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional.

9. Encerramento do Projeto Piloto: sobre esta atividade, as jovens também trouxeram ideias para execução de dinâmicas e organizaram a atividade de forma independente, orientadas e apoiadas pela educadora/articuladora. O evento foi bem participativo e destaca-se a importância das atividades terem sido realizadas de jovem para jovem, com base no conceito da educação entre pares.


10. Organização virtual da Rede de Juventudes: vale destacar que, presencialmente, há poucos jovens participando dos encontros; entretanto há uma rede virtual que dialoga por meio das redes sociais e aplicativo de celular. Essas ferramentas permitiram a participação virtual de aproximadamente 20 jovens que conversam de acordo com as necessidades e discutem pautas relativas à juventude e à sociedade. Um dos debates mais intensos foi sobre a reorganização das Escolas Estaduais em São Paulo, no final do ano de 2015, estabelecida na época pelo governo do estado de São Paulo, mas suspensa temporariamente após as várias ocupações ocorridas nas escolas pelos estudantes. Foi um debate interessante no qual alguns expuseram suas opiniões, outros relataram a experiência da ocupação, entre outras reflexões e percepções vividas neste coletivo. Esta rede virtual também é utilizada para a divulgação de ações não somente da Rede de Juventudes, mas de outras ações juvenis que ocorrem no município de Campinas. Dois outros espaços de compartilhamentos das ações são: a fanpage <<https://www.facebook.com/JuventudeCampinas/>>, espaço virtual que é compartilhado com alguns membros do GTI e o Blog <<http://redejuventudepolitica.blogspot.com.br/>> no qual as jovens são as únicas responsáveis pelas postagens.

Para ver mais detalhes de cada atividade realizada, acesse: <<http://juventudesnacidade.tumblr.com/tagged/rededejuventude>>

Recomendações

Pensando no trabalho de um educador/articulador e com base nas experiências vividas nos anos de 2014 e 2015 na mobilização dos Jovens do Projeto Piloto e da Rede de Juventudes, serão apresentadas a partir de agora uma série de recomendações, as quais não são uma receita pronta, mas um conjunto de sugestões inacabadas que podem contribuir para a qualificação do trabalho com as juventudes nas organizações ou na mobilização de coletivos e afins. São elas:

- O educador/articulador deve preocupar-se com um Planejamento Sistematizado, de modo a evitar quaisquer problemas que impeçam o alcance do objetivo das atividades propostas. Apesar do planejamento não ser algo engessado, um bom planejamento deve contemplar não só os horários das atividades, mas também os momentos de articulação, a formação do educador/articulador e a sistematização dos processos e resultados.
- O educador/articulador deve cuidar da sistematização dos processos e dos resultados. É fundamental registrar os momentos mais relevantes da turma e os resultados finais, pois assim será possível rever não só os planos, mas também os objetivos a serem atingidos.

- 
- O educador/articulador sempre deve buscar estabelecer uma relação horizontal com as juventudes, pois só assim é possível estabelecer laços de confiança.
 - O educador/articulador deve fomentar um ambiente de confiança com e entre os jovens, pois enquanto não percebe que há um terreno confiável para explorar, o grupo não participa ativamente e tão pouco se sente parte do processo.
 - As tomadas de decisão devem ser democráticas, ou seja, o grupo deve decidir conjuntamente e de acordo com os interesses dos jovens, não do educador/articulador.
 - Fomentar nos jovens o sentimento de pertencimento ao espaço e ao grupo, ou seja, todas e todos devem cuidar do ambiente; também devem ser responsabilizados pelas tarefas que podem surgir a cada atividade.
 - É importante que o educador/articulador se comprometa com a ampliação da visão de mundo dos jovens, trazendo os contrapontos da realidade social e possibilitando o acesso a espaços políticos, sociais e culturais.
 - É importante também que o educador/articulador se comprometa com o empoderamento da juventude.
 - O trabalho com os jovens exige um dinamismo intenso do educador/articulador, pois as juventudes são dinâmicas. Fatores que foram relevantes para um momento podem não o ser em outro. Por isto, o educador/articulador deve aprender a lidar com essa característica de forma a construir processos.
 - O educador/articulador deve responsabilizar todo o grupo não só pelos insucessos, mas principalmente pelos sucessos, visto que muitos jovens apresentam problemas quanto à autoestima, e não conseguem identificar a sua importância nas reflexões e ações dentro do coletivo.
 - O educador/articulador deve estar em formação contínua, pois como há dinamismo nos processos que envolvem mobilização de juventudes, os temas que podem emergir podem ser variados. O educador/articulador deve preparar-se ao máximo para contribuir na construção do conhecimento.
 - O educador/articulador deve construir um ambiente no qual o jovem se identifique, pois o ambiente influencia na postura do jovem.
 - A comunicação para mobilização também é uma habilidade a ser desenvolvida pelo educador/articulador, uma vez que deve estar antenado às várias ferramentas tecnológicas que nos auxiliam e que estão presentes em grande parte das ações das juventudes.
 - A ampliação de recursos financeiros para atender aos jovens é urgente, haja visto que várias ações do Projeto Piloto e da Rede de Juventudes exigiram recursos, os quais foram subsidiados pela Fundação FEAC enquanto membro do Grupo de Trabalho Interinstitucional. Por isso, o educador/articulador deve também fazer com que as juventudes sejam sujeitos sociais que estejam envolvidos na construção de políticas públicas, por meio da participação em conselhos, conferências, grêmios estudantis, entre outros.
 - O educador/articulador deve ser um facilitador de processos e articulador de redes sociais e políticas; deve também entender o sentido da política e enxergar a sua própria capacidade de mobilização, pois se um educador não acredita em seu potencial, jamais acreditará nas juventudes. Isso exige uma atenção à sua própria autoestima.

Referências Bibliográficas

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação.pdf. n.24, pp. 40-52, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>. Acessado em janeiro de 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.


FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte Furquim. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

Conclusão e recomendações a Campinas

por Élide Augusto,
Jacira Cristina da Silva e
Wisllayne I. de Oliveira Dri





Indubitavelmente, é do conhecimento de todos que a temática **juventudes** não é uma política setorial, mas transversal, que permeia todas as outras políticas públicas. Sendo assim, permitir que apenas uma política assuma toda a demanda não condiz com o conceito de sujeito na sua integralidade. Por isso, faz-se necessário estudar e apontar algumas recomendações para as diferentes políticas públicas do município de Campinas. Nesse sentido, esse material propõe, por meio das reflexões e compreensão dos participantes do GTI, alguns referenciais teóricos e práticos para o desenvolvimento efetivo das políticas de juventude. Nem todas as políticas foram abordadas neste guia, entretanto sabe-se que este material não é algo permanente, mas está sempre em movimento, assim como a juventude. Porém, também se sabe da importância em discutir temáticas aqui não apresentadas, como segurança pública e cultura, sendo estes os desafios futuros para esse coletivo e, conseqüentemente, para as políticas de juventude.

Assim, apresenta-se a conclusão deste trabalho com as principais recomendações aos gestores públicos do município de Campinas. Destacam-se algumas:

1ª RECOMENDAÇÃO - ESPORTE E LAZER:

- ✓ Garantir, na prática, o direito ao desporto já previsto na Constituição Federal de 1988 (Cap.3 seção 3), reforçado pelo Estatuto da Juventude (2013).
- ✓ Estabelecer maior oferta de atividades esportivas para juventude, visto que poucas foram identificadas pelo mapeamento apresentado em relação ao número de jovens do município.
- ✓ Construção e melhoria de espaços públicos para as práticas esportivas de diferentes modalidades, com horários e dias acessíveis de funcionamento e com acessibilidade para a juventude com deficiência.
- ✓ Previsão orçamentária.

2ª RECOMENDAÇÃO - ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ✓ Maior ênfase e investimento nos três serviços que contemplam as juventudes: PAIF (Proteção e Apoio Integral à Família), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 15 a 24 anos e o Centro de Convivência Intergeracional, proposto pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS) do município de Campinas.
- ✓ Considerando a publicação em Diário Oficial do Município, de 2015 e de 2016, do Chamamento Público – Edital nº 01/2015, no qual não configura o recorte etário do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Juventude – 15 a 24 anos, recomenda-se a qualificação metodológica para o SCFV 15-24, esclarecimento das mudanças feitas neste serviço, esclarecendo que o atendimento aos jovens gera um demanda e perfil diferenciado de educadores; qualificação das oficinas e estratégias ofertadas, isto é, ampliação de capital cultural, trabalhos diferenciados e trabalho ampliado em rede para atendimento efetivo.
- ✓ Ampliação de recursos para os serviços citados.
- ✓ Realização de um diagnóstico para identificar quem é o jovem em situação de vulnerabilidade social, quais são os serviços ofertados e por que a procura é menor que a oferta.

3ª RECOMENDAÇÃO – EDUCAÇÃO

- ✓ Fomentar das gestões estaduais e municipais projetos e programas que viabilizem a participação política dos jovens em grêmios escolares de forma livre e autônoma, com recursos financeiros e efetivamente.
- ✓ Promover o envolvimento dos estudantes, dos professores, da coordenação/direção, dos familiares e das comunidades na educação de forma democrática e participativa.

4ª RECOMENDAÇÃO – FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E POLÍTICA DE EDUCADORES E ARTICULADORES

- ✓ O educador deve ser um facilitador de processos e articulador de rede, por isso deve construir uma relação horizontal com os jovens e trabalhar de forma dinâmica, levando em consideração as diversas juventudes e as demandas que surgem desse público, tendo o comprometimento de promover a ampliação do capital cultural, com visão crítica sobre as realidades vividas.
- ✓ Formação continuada para os educadores que atendam as juventudes, com linguagem e condições adequadas para o trabalho com este público.
- ✓ Previsão de orçamento diferenciado para atender as demandas deste público específico, a fim de atingir resultados que realmente beneficiem e contribuam com o desenvolvimento dos jovens.

5ª RECOMENDAÇÃO – SAÚDE

- ✓ Garantir junto ao poder público que as legislações e regulamentações sobre a saúde do jovem, já citadas nesse guia, sejam efetivas, principalmente no que se refere ao SUS e reforçado pelo Estatuto da Juventude. Portanto, promover no município um espaço de acolhimento e encaminhamento de denúncias e dificuldades de atendimento que violem os direitos do jovem e/ou dificultem seu acesso à rede de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde.
- ✓ Ampliação do recurso público para a saúde municipal e previsão orçamentária para atividades e atendimentos voltados para juventude.
- ✓ Garantia de diálogo entre a Secretaria Municipal de Saúde, Coordenadoria Municipal da Juventude e o Conselho Municipal da Juventude.

6ª RECOMENDAÇÃO – TRABALHO

- ✓ Instigar ações do poder público na informação, divulgação, integração, capacitação e inclusão de jovens com e sem deficiência no mundo de trabalho, a partir da efetividade de leis e convenções destinadas à juventude.
- ✓ Possibilitar aos jovens o acesso a redes de economia solidária do município, por meio de informações a respeito, além de um meio virtual ou espaço físico para esclarecimento de dúvidas.

Sobre os parceiros e autores



Raimar Francisco Bremberger
Presidente da Diretoria Executiva

Élide Augusto

Coordenação Técnica, Pedagoga, MBA em Gestão de Entidades Sociais pela Facamp e Especialista em Gestão da Sustentabilidade e Responsabilidade Social pelo Instituto de Economia da UNICAMP.



Comunidade
Jongo
Dito Ribeiro
PONTO de CULTURA

Alessandra Ribeiro Martins
Presidente da Diretoria Executiva

Vanessa Cristina Dias de Souza

Superintendência Executiva
Coordenação Geral e Técnica
Pedagoga, atua na Comunidade Jongo Dito Ribeiro e na Casa de Cultura Fazenda Roseira, onde é uma das lideranças de mobilização da Juventude Negra.



Elena Maria Homem de Mello Meyer
Presidente da Diretoria Executiva

Marili Foltran
Superintendência Executiva/Coordenação Geral

Adilaine Juliana Scarano Vedovello
Coordenação Técnica

Tâmara Harumi Yamagute
Terapeuta Ocupacional. Psicodramatista e Mestranda do Programa de Ciências da Reabilitação da Faculdade de Medicina da USP, com ênfase em Juventude.

Larissa Mazzotti Santamaria
Coordenadora do Programa de Liberdade Assistida.



DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO OESTE

Prof. Antonio Admir Schiavo
Dirigente Regional de Ensino

Henriette Siqueira Leite de Barros
Professora Coordenadora do Núcleo Pedagógico - Educação Física

Paulo Rogério da Silva
Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico – Química



Luana D. Gressi
Gerente da filial Campinas.

Priscilla Rejane de Oliveira Scopacasa
Psicóloga, Especialista em Saúde Mental do Adolescente pela Unicamp

Joyce Parrilha Atamanczuk
Assistente Social



Antonio Carlos de Moraes Salles Filho
Presidente do Conselho Curador

Paulo Tilkian
Presidente da Diretoria Executivo

Arnaldo Rezende
Superintendência Executiva

Lincoln César Moreira
Gestor do Departamento de Gestão Social

Jaciara Cristina da Silva

Estagiária de Psicologia

Joyce Marquezin Setubal

Assistente Técnica

Formação Técnica em Magistério e Técnica Superior em Gestão Financeira

Júlia Barradas Petroni de Senzi

Assessora de Práticas Sociais

Psicóloga Gestalt-Terapeuta

Wisllayne Ivellyze de Oliveira Dri

Assessora Técnica.

Pedagoga, Mestra e Doutoranda em Políticas Públicas Educacionais pela Faculdade de Educação da Unicamp



Margarita Díaz

Presidenta

Francisco Cabral

Vice Presidente

Amanda Franco da Silva

Pedagoga

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Jonas Donizette

Prefeito de Campinas

Solange Villon Kohn Pelicer

Secretária Municipal de Educação

Profa. Angela Bassora

Assessoria de Educação e Cidadania

Angela Maria Bassora

Pedagoga





João Henrique de Freitas Alves
Diretor/Gerente

Ana Paula Cardoso de Araújo Santos
Coordenação Técnica

Biviane Moro de Oliveira
Docente da área de Desenvolvimento Social - Senac Campinas
Educadora Especial/Mestre em Educação - UFSM



Renata Fontanini Sanches
Presidente

Falco Fernandes Fontanini
Coordenador Geral

Carlos Eduardo Lugli
Coordenação técnica proteção social básica
Psicólogo

OUTROS

Luiz Henrique Pereira Mendes
Pedagogo, Especialista em Adolescente em Conflito com a Lei.

Rafael Augusto Costa
Psicólogo – Formado na Universidade Paulista

Marcela Cristo Camargos dos Santos
Pedagoga



**GUIA DA
JUVENTUDE
DE CAMPINAS**



9788569685029